

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Centro Sócio-Econômico - CSE  
Departamento de Economia e Relações Internacionais - CNM

**CLAUDIO ALMEIDA RAMOS**

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE ÁFRICA DO SUL E CHINA NO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI

**FLORIANÓPOLIS**

**2015**

**CLAUDIO ALMEIDA RAMOS**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE ÁFRICA DO SUL E CHINA NO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

**Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques**

**FLORIANÓPOLIS**

**2015**

**CLAUDIO ALMEIDA RAMOS**

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE ÁFRICA DO SUL E CHINA NO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Claudio Almeida Ramos na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

---

Prof. Dr. Gilson Geraldino Silva Júnior

---

Prof. Dra. Marialice de Moraes

## RESUMO

Esta monografia apresenta uma perspectiva acerca da história política e econômica da África do Sul, descrevendo alguns fatos desde o período da colonização sul africana, passando pelo anos em que foram implementados os atos regulamentadores, resultando no regime do apartheid no início dos anos 90, bem como a sua queda. Ainda se buscou explorar as heranças e consequências do apartheid na economia da África do Sul, retratando também sua política externa além do seu quadro econômico recente. Também é feito um resgate da história econômica chinesa, desde o ano de 1949, até as reformas feitas por Xiaoping, implementadas a partir de 1979, e com consequências até hoje. Por fim se traçará um paralelo entre a economia da África do Sul e da China no início do século XXI, ressaltando a interação econômica destes dois países.

**Palavras-chave: África do Sul. China. Relações. Econômicas.**

## **ABSTRACT**

This monograph presents a perspective on the political and economic history of South Africa, describing some facts from the period of South African colonization, through the years the regulatory acts have been implemented, resulting in the apartheid regime in the early 90, and as its fall. Still he sought to explore the legacies and consequences of apartheid in South Africa's economy, also portraying its foreign policy beyond its recent economic picture. It is also made a ransom of Chinese economic history from the year 1949 until the reforms made by Xiaoping, implemented since 1979, and with consequences to this day. Finally it will draw a parallel between the economy of South Africa and China at the beginning of XXI century, emphasizing the economic interaction of the two countries.

**Key-words: South Africa. China. Relations. Economic.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: PIB Decomposto por Despesas/Gastos Internos (1984-2010) .....	35
Tabela 2: Fluxo de Investimentos Diretos Externos da China .....	47
Tabela 3: Evolução dos IDEs chineses a cada 10 anos .....	48
Tabela 4: Fluxo de IDEs chineses para África .....	57
Tabela 5: África do Sul - Fluxo de IDEs totais, países OCED e China (2000-2010) .....	59

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização da África do Sul .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 2: Exportações sul africanas de acordo com os destinos.....	54
Figura 3: Importações sul africanas de acordo com a origem .....	54
Figura 4: Produtos que a África do Sul exportou para China em 2012.....	55
Figura 5: Produtos que a África do Sul importou da China em 2012 .....	56

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB a preços correntes e taxa de crescimento do PIB (a); PIB per capita (b).....	34
Gráfico 2: Participação dos setores no PIB total (2000, 2011) .....	34
Gráfico 3: Investimentos sul africanos em infraestrutura % PIB (1960-2010).....	36
Gráfico 4: Renda doméstica (a). Taxa de juros real e inflação (b) - (1990-2010).....	37
Gráfico 5: Exportações e Importações totais e Salda da Balança Comercial (1980-2012).....	38
Gráfico 6: Porcentagem de crescimento anual do PIB chinês em comparação com os EUA..	42
Gráfico 7: Evolução do PIB chinês .....	43
Gráfico 8: Evolução do PIB per capita chinês.....	45
Gráfico 9: Evolução do volume do comércio exterior chinês .....	46
Gráfico 10: Fluxo de IDEs na China .....	47
Gráfico 11: IDEs na China como porcentagem do PIB.....	48
Gráfico 12: Evolução do volume de comércio entre África do Sul e China .....	52
Gráfico 13: Saldo Comercial da África do Sul com a China - (1995-2011) .....	53
Gráfico 14: Fluxo de entrada de IDEs - África, África Subsaariana e África do Sul .....	58

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
1.1 Tema e problema.....	13
1. 2 Objetivos .....	14
1.2.1 Objetivo Geral .....	14
1.2.2 Objetivos Específicos .....	14
1.3 Justificativa .....	14
1.4 Metodologia .....	15
1.5 Estrutura do Trabalho.....	16
2 ÁFRICA DO SUL.....	17
2.1 Colonização sul africana .....	18
2.2 Regime do Apartheid .....	20
2.3 O Fim do Apartheid e suas Heranças Sociais, Políticas e Econômicas.....	23
2.4 Situação Econômica no Início do Século XXI.....	33
2.4.1 Evolução recente da economia.....	33
3 CHINA .....	39
3.1 História chinesa no período de 1949 e 1978 .....	39
3.2A reforma econômica de Deng Xiaoping.....	41
3.3 China nos dias atuais .....	44
3.4 O paradigma do crescimento econômico e a falta de recursos.....	49
4 RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE ÁFRICA DO SUL E CHINA .....	51
4.1 Histórico das Relações Bilaterais .....	51
4.2 O Fluxo de Comércio entre África do Sul e China .....	52
4.3 A Pauta de Importação e Exportação entre África do Sul e China .....	55
4.4 O fluxo de investimentos chineses na África do Sul.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
REFERÊNCIAS .....	62

## 1 INTRODUÇÃO

A África do Sul foi dominada por alguns países europeus no fim do século XIX, passou pelos processos de libertação colonial no pós-guerra, e sofreu efeitos devastadores a partir da crise dos anos 1980, ficando a mercê dos fluxos produtivos mundiais. No entanto, a partir do começo do século XXI, este país tem se mostrado bastante atraente aos olhos das mesmas potências mundiais, principalmente China e Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à sua disponibilidade de recursos naturais. A própria China, que desponta como provável substituta dos EUA enquanto potência hegemônica mundial perdoou dívidas legítimas do continente africano no ano 2000, estreitando seus laços comerciais com este. (ARRIGHI, 2008).

Em 31 de maio de 1910, foi proclamada a União da África do Sul, a qual se destaca nos dias atuais por ser a maior e mais sofisticada economia do continente africano. Contudo, ainda possui alguns graves problemas, resultantes de sua própria colonização, e agravados pelo *apartheid*, regime de segregação racial implementado em 1948. Sua queda ocorreu em 1994, e neste mesmo ano foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias e multirraciais na África do Sul, resultando na vitória de Nelson Mandela, sentenciado anteriormente à prisão perpétua pela prática de ações armadas em oposição ao regime, e agora o primeiro presidente negro do país. (OLIVEIRA, 2010).

Independentemente desta importante fase em direção à redemocratização da África do Sul, isto é, o fim do regime de segregação entre brancos e negros, o país junto com outros países da África Subsaariana, sofreram com o próprio acesso ao desenvolvimento negado por um capitalismo muito competitivo, o resultado deste fato tem sido aumento da desigualdade e exclusão social. (CASTELLS, 1999).

No início do século XXI a China começa a ser mais presente no continente africano, e tal fato tem gerado um debate acentuado no que diz respeito aos riscos e oportunidades para os países da África. Em relação aos riscos, é necessário evidenciar um ponto de vista mais crítico dessa aproximação, como a pouca diversificação dos investimentos chineses na economia africana, sendo que tais investimentos são muitas vezes associados a importação de força de trabalho da própria China, tendo como consequência a desindustrialização da economia de muitos países da África (CAMPBELL, 2008), como o exemplo da África do Sul.

Se as perspectivas das possibilidades forem analisadas, levando em conta a história africana, e o abandono que este continente sofreu desde os anos 80, uma maior aproximação



com a economia chinesa pode constituir uma perspectiva de avanço econômico. Frente as questões expostas anteriormente analisar-se-á o caso da aproximação econômica entre África do Sul e China e os efeitos desta relação, investigando principalmente os riscos e oportunidades geradas a partir da proximidade comercial de tais países. Este trabalho busca, desta maneira, compreender a atual situação da República da África do Sul, não só evidenciando um país com graves problemas estruturais, mas também como uma nação que quer emergir, de forma pacífica, de uma extensa trajetória passada de desigualdades e repressões, para um futuro que pode ser promissor. Esta análise será feita a partir do ponto de vista da aproximação econômica entre a principal economia africana e a China.

### **1.1 Tema e problema**

O avanço da globalização e do capitalismo no final do século XX coincidiu com a crise da economia de muitos países africanos, bem como a desintegração de seus Estados e a dissolução da maioria das suas sociedades. Tal fato gerou um cenário de desordem político-social, promovendo guerras civis, massacres, violência, êxodo em massa, fome e etc. Durante as duas últimas décadas do século XX a economia mundial avançava no sentido de maior integração e dinamicidade, no entanto, a África subsaariana sofre uma decadência em seus aspectos econômicos, comércio, investimento, produção e consumo.(CASTELLS, 1999).

Apesar de muitos problemas herdados desde o período de sua colonização, e potencializados por conflitos internos, a África do Sul desponta como a principal economia do continente, se relacionando comercialmente com diferentes países e blocos econômicos. Ainda que 50% de sua população viva abaixo da linha de pobreza e tenha uma taxa de desemprego próxima de 37% da população economicamente ativa (ZOCKUN, 2005), o país se destaca dos demais países da África Subsaariana.

A partir do século XXI percebe-se que a conjuntura da economia mundial capitalista é cada vez mais afetada com o surgimento da China neste cenário, influenciando diversas regiões do planeta, como os países do continente africano. Ainda que a abertura comercial chinesa tenha acontecido no final dos anos 70, é possível atestar que somente no século XXI o seu processo de crescimento econômico ganhou destaque no contexto econômico internacional.

Pensando na relevância deste processo, e investigando em paralelo os aspectos da economia sul-africana, nação mais desenvolvida da África, notifica-se que a China tem papel importanteneste quadro, pois é o país que mais exporta e importa produtos da África do Sul

atualmente, gerando impacto direto na sua estrutura econômica e política. Sendo assim, este trabalho terá como foco o estudo das relações econômicas entre estas duas nações no início do século XXI.

## **1. 2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar a relação econômica entre África do Sul e China no início do século XXI.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Expor quadro histórico da África do Sul, desde sua colonização.
- b) Apresentar conteúdo referente a história da China e a sua internacionalização a partir dos anos 2000.
- c) Caracterizar, a partir de dados econômicos, a aproximação entre África do Sul e China.
- d) Identificar as consequências desta relação econômica, destacando o impacto na estrutura política e econômica sul africana.

## **1.3 Justificativa**

Desse exercício de poder predatório que caracteriza a maioria dos Estados africanos, resultam três grandes consequências: primeiramente, os recursos são apropriados por particulares ou pelo próprio governo, mas sempre desvinculados da economia do país; em segundo lugar, o acesso ao poder de Estado equivale ao acesso à riqueza, e também às fontes de futuras riquezas; por fim, o povo deve submeter-se sempre à rede de patronagem para ter acesso à distribuição de empregos, serviços e pequenos favores em todos os níveis do Estado. (CASTELLS, 1999, p.123).

Ainda no século XXI, é possível perceber a origem de um Quarto Mundo, marcado pelo aumento da pobreza e exclusão social de países inteiros, a quem foi negado o próprio desenvolvimento. No entanto, a África do Sul, apesar de ainda ter graves problemas herdados desde sua colonização, e potencializados por conflitos internos, desponta como a principal economia do continente, mantendo relações comerciais com muitos países e diferentes blocos econômicos.

O progresso da China, bem como a sua função de protagonista nas relações internacionais a partir da década de 1990, juntamente com a sua dinâmica nas relações

internacionais nos países da Ásia Oriental, chamaram a atenção de muitos intelectuais de diversas áreas de estudo, como Relações Internacionais, Ciências Econômicas e Sociais, mas no debate sobre o avanço da China no cenário internacional, destaca-se Arrighi (2008). Para o autor, o mundo passa por uma modificação sistemática, onde o centro das relações internacionais se altera do Ocidente para o continente asiático, e a sua nova dinâmica da economia mundial. Além do mais, em sua obra “Adam Smith em Pequim”, o autor sugere que o novo grande poder emana da China, gigante asiático que tem ultrapassado a economia de muitos países desenvolvidos em diversos aspectos.

Assim, esta pesquisa buscará contribuir no entendimento da aproximação econômica entre África do Sul e China, procurando, a partir desta aproximação, os riscos e oportunidades que surgem para economia sul-africana para que esta saia da contramão do desenvolvimento e possa promover a sua população melhores condições de vida.

#### **1.4 Metodologia**

“Na investigação econômica, os métodos mais utilizados são o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico” (GIL, 2002, p.40). A efetivação deste trabalho necessitou da realização de revisão de literatura associada à pesquisa em órgãos oficiais para coleta de dados sobre a história social, política e econômica da África do Sul, principalmente a partir do período de 1994, quando houve a queda do regime do apartheid, vigente no país desde 1948. Precisou-se fazer o mesmo com a história recente da China, para entender melhor sua aproximação com a África do Sul.

Desta forma, a partir de sua definição como uma investigação histórica e também análise comparativa, a metodologia de trabalho utilizada foi essencialmente de pesquisa bibliográfica e documental.

Fez-se necessária também a contextualização política e histórica global, desde a ascensão do regime do apartheid até a sua queda, ainda que a ênfase maior seja no período atual, não há como entender a situação da África do Sul e China sem buscar nas suas raízes históricas o seu processo de desenvolvimento econômico, bem como a aproximação econômica destas nações. Desta maneira, este trabalho acadêmico buscou fazer um resgate histórico através da compilação de fatos pesquisados, com o objetivo não de quantificar dados, mas de qualificar o entendimento do processo histórico como um todo, e suas consequências nos dias atuais.

## **1.5 Estrutura do Trabalho**

Este trabalho buscou fazer um resgate histórico da África do Sul, e assim, foi dividido em cinco partes, junto a introdução que é o primeiro capítulo. No capítulo dois, se retratou de forma breve o período da colonização sul africana, reconhecendo a sua constituição até a instituição do regime do apartheid e as suas heranças e conseqüências, sociais e econômicas. Já na terceira parte foi feito um resgate histórico da economia chinesa, desde 1949, passando pelas reformas econômicas de Deng Xiaoping em 1978, bem como sua abertura comercial e os impactos da mesma na sua estrutura econômica nos anos 2000, assim como evidenciar seu quadro econômico recente. O quarto capítulo focou nas interações econômicas entre África do Sul e China, dando ênfase no comércio entre estes países e os investimentos promovidos por parte dos chineses na maior economia do continente. Por fim, o capítulo cinco foi responsável pelas considerações finais acerca do presente trabalho.

## 2 ÁFRICA DO SUL

Localizada no extremo sul do continente africano, a África do Sul, faz parte da chamada África Subsaariana, e foi formada pela união de quatro províncias: Cabo da Boa Esperança, Transval, Estado Livre de Orange e Natal (OLIVEIRA, 2010).

Com um território de 1.219.090 km<sup>2</sup>, que a coloca na posição de 25º maior país do mundo em área, a África do Sul atualmente é dividida em nove províncias, Western Cape, Eastern Cape, Kwazulu-Natal, Northern Cape, FreeState, North West, Gauteng, Mpumalanga, Limpopo; cada uma possui legislação e conselho executivo próprios. Entretanto, a administração oficial do país é dividida entre as cidades de Pretória (capital executiva), Cidade do Cabo (capital legislativa) e Bloemfontein (capital judiciária) e, tem na sua cidade mais populosa, Johannesburgo, o tribunal constitucional. Possui 11 línguas oficiais, sendo as mais importantes o Inglês, o Zulu e o Africâner, o país tem uma população total de 53.157.490 habitantes, e atualmente é governado em um regime parlamentarista pelo partido social-democrata ANC (AfricanNationalCongress – Congresso Nacional Africano), pelo presidente Jacob Zuma (SOUTH AFRICA GOVERNMENT ONLINE, 2015).

A moeda oficial do país é o Rand, sendo a conversão de R1 para U\$0,08, ou seja, 12,50 Randes sul africanos equivalem a 1 dólar estadunidense (BACEN, 2015).

**Figura 1: Mapa da localização da África do Sul**



Fonte: Voyage fotos da África do Sul

A República da África do Sul (RAS) se encontra na África Meridional, que faz fronteiras com Namíbia, Botswana e Zimbábue ao Norte, ao leste por Moçambique e Suazilândia, a leste e a sul pelo Oceano Índico e a oeste pelo Oceano Atlântico, e rodeando por completo o Lesoto (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY ONLINE, 2015).

## 2.1 Colonização sul africana

Em 1488 Bartolomeu Dias, navegador português, chega ao território conhecido hoje como África do Sul, local que no período das navegações ficou conhecido não só como um grande porto para reabastecimento de diversos mantimentos, mas também por ser o Cabo da Boa Esperança, outrora denominado Cabo das Tormentas, onde as águas do Atlântico Sul e o Índico colidem (KOCK, 1972).

Atualmente, embora os navios portugueses atravessassem o "mar das tormentas" em volta do Cabo, transportando para Portugal a sua preciosa carga, a África do Sul não foi ocupada por homens brancos durante um século. Continuava a ser uma vastíssima terra inexplorada, cujos habitantes, de pele castanha ou pele negra, os portugueses encontravam apenas quando iam encher seus barris com água fresca, quando faziam trocas de gado ovino ou bovino ou quando naufragavam na costa. (KOCK, 1972, p.7).

Colonizada inicialmente por imigrantes holandeses no século XVII e XVIII, foi logo dominada pela monarquia inglesa em 1795, e firmou-se na capital Cidade do Cabo. A África do Sul, até então chamada apenas de Cidade do Cabo, tem à abolição da sua escravatura em 1835, e assim fica dividida pelos novos homens-livres em OrangeFreeState e Transvaal, que no ano de 1857 passa a se chamar república sul-africana (KOCK, 1972).

Em meados de 1867, acontece a guerra dos Boers, conflito entre os boers, ou africâner, os descendentes holandeses e os colonos britânicos, onde a questão central desta guerra se dava em função da colonização sul-africana, a qual tem fim com a reintegração da república de Transvaal e o Tratado de Vereenging, os britânicos saem vitoriosos e os holandeses passam a exercer uma política amigável com os colonos britânicos, já os negros passam a não deter o direito do voto, com exceção da Cidade do Cabo (KOCK, 1972).

Em 31 de Maio de 1910, a África do Sul se torna independente, e esse processo dá origem a União Sul-Africana que reincorpora os já estados sul-africanos de Transvaal, com Cabo, Orange FreeState e a Colônia de Natal. Durante o processo de independência há a consolidação do partido nacional, este que foi liderado por ingleses caucasianos e africâners, com um governo nacionalista e leis excessivamente racistas (KOCK, 1972).

Durante este período foram aprovados no país os chamados Atos Regulamentadores, dentre os quais pode-se destacar três, possivelmente os mais significativos no sentido de fornecer subsídio formal para a implantação dos demais, e assim resultando na futura legislação que tornou o regime separatista algo natural para a população branca do país. São eles: a) *Native Labour Regulation Act* de 1911 que considerava ofensa criminal o fato de um negro quebrar um contrato de trabalho; b) *Dutch Reformed Church Act* de 1911 que baniu os negros de se tornarem membros de pleno direito da Igreja Reformadora Holandesa; c) *Natives Land Act* de 1914 que delimitou as áreas onde brancos e negros poderiam possuir terras. (BRANCO, 2003).

A partir da implementação destes atos, observa-se a indignação da população negra, a qual se revoltou contra tais regras, no entanto, esta parcela da população, apesar de ser maioria, não consegue se organizar politicamente contra as decisões tomadas pelos brancos, dificultando a mudança desta situação. Perante este fato surgem movimentos, partidos e associações, com o objetivo de unir os negros e assim lutar pela igualdade racial. Entretanto, pela falta de organização política, tais movimentos não obtiveram êxito ou qualquer resultado prático.

Nos anos de 1920 a 1923, assim como o restante do mundo, a África do Sul também sofria com o resultado da crise mundial deixada pela I Guerra: sua agricultura estava quase toda arruinada, muitas minas estavam fechando e o desemprego urbano crescia especialmente com o êxodo rural dos negros para as cidades. Tendo como objetivo a redução dos seus custos de produção, a *Chamber of Mines*<sup>1</sup> decidiu diminuir a quantidade de trabalhadores brancos, substituindo-os pelos negros, que passaram a ter menores salários quando praticavam o mesmo trabalho. Assim, quando os brancos testemunharam seus empregos sendo ameaçados, uniram-se em torno do slogan *Workers of the World Unite and Fight for a White South Africa*<sup>2</sup> (BUNTING, 1969).

Com a manifestação da camada social branca contra os negros que botavam em cheque a sua estabilidade profissional, houve ações do governo no sentido de implementar diversos outros Atos Legislativos de caráter segregacionista, iniciando pelo setor de minas, estendendo-se para os outros setores imediatamente. Os atos adotados pelo governo se espalharam bem como as medidas segregacionistas, não mais limitando-se à separação entre negros e brancos, mas também fomentando um posicionamento de caráter antisemita, agora indo contra os donos das minas, os quais eram, em maior parte, judeus.

---

<sup>1</sup>*Chamber of Mines* era uma espécie de sindicato dos proprietários de minas.

<sup>2</sup>Trabalhadores do mundo unam-se e lutem por uma África do Sul branca.

A II Guerra Mundial teve um grande impacto na economia sul-africana, ainda que houvesse uma dependência das minas de ouro, apresentou-se uma evolução na atividade industrial, urbanização da população e, por decorrência destes atos, elevação do número de habitantes negros e conseqüentemente de trabalhadores negros nas cidades (KOCK, 1972). Para os homens de negócio era interessante o uso da mão de obra negra, pelo fato desta ter menor custo que a mão de obra branca. Contudo, o interesse econômico de baixar os custos no processo produtivo entrava em colisão com os princípios segregacionistas de afastar os negros fora do perímetro urbano ocupado pelos brancos. Politicamente isso originou um impasse entre negros e brancos, pois tornou a população negra predominante nas zonas urbanas.

## 2.2 Regime do Apartheid

Os atos do governo sul-africano permaneciam direcionados à políticas de separação entre a minoria branca e a maioria negra, consolidando constantemente benefícios para a primeira em relação à segunda. Deste modo, em 1948 ocorre as eleições gerais, o que resultou na vitória do *National Party*<sup>3</sup>(NP), este que tinha como característica a proibição de qualquer participação da população negra em questões políticas, se opondo ao fato desta classe ter direito à representação parlamentar, constituição de sindicatos ou sequer casamentos mistos. Apesar de ter ocorrido algumas concordâncias nas esferas econômica e social para conservar os empresários satisfeitos e trabalhadores negros estimulados, não foi concedido grandes direitos aos negros.

Todavia, apesar de os negros terem uma pequena liberalização permitida, os separatistas mais conservadores julgaram-na uma ofensa, dando fim ao NP, e instaurando a realização oficial da Doutrina do Apartheid, presidindo uma sucessão de novos atos que cada vez mais impossibilitavam os direitos dos negros e fortaleciam a idéia da soberania da raça branca. Tal fato teve o apoio religioso da Igreja Reformadora Holandesa e findou na adaptação da vida econômica, social e política da população nesta época.

Se antes de o Partido Nacionalista subir ao poder tínhamos alguma esperança ou ilusão com relação a ele, nós a perdemos sem demora. Quando o partido ameaçou pôr os cafres no seu lugar, não estava brincando. Além da Lei da Eliminação do Comunismo, em 1950 foram aprovadas duas novas leis que foram as pedras fundamentais do apartheid: a Lei do Registro da População e a Lei das Zonas de Grupo [...] Os testes arbitrários e sem sentido que serviam para distinguir um preto de um mestiço e um mestiço de um branco com frequência resultavam em casos

---

<sup>3</sup> Partido Nacional.



trágicos em que membros da mesma família recebiam diferentes classificações, tudo dependendo de um filho ter pele mais clara ou mais escura. (MANDELA, 1995, p. 106).

É importante destacar a diversidade entre a concepção da idéia de predominância racial do branco sobre o negro e a segregação racial do regime do *apartheid*. Segundo Branco (2003), enquanto que a definição de soberania branca adota mera subordinação do negro perante o branco, a segregação remete a um conceito de divisão entre brancos e não-brancos nas esferas do trabalho, governo, habitação e lazer. Mesmo que essa diferenciação ocorra de forma prática em todo o mundo, pois pode-se verificar a desigualdade de salários e melhores empregos para a população branca em relação a negra, por toda parte do mundo, mas a forma como a segregação foi instaurada na África do Sul não se compara com qualquer outro lugar do mundo. (BRANCO, 2003).

Foi citado anteriormente que os primeiros vestígios da discriminação restauram o período da colonização, uma vez que os brancos se declararam donos destas terras enquanto os negros eram apenas mão de obra. A legislação de 1927, ao aprovar o *Native Administration Act*<sup>4</sup>, sustenta a idéia de formação deste padrão ao permitir a separação étnica e geográfica da população. Posto que, a instalação do regime dispôs de consideráveis seguidores, como a alegação religiosa e ideológica de que os brancos tinham uma supremacia divina sobre os negros, também é importante ressaltar as características econômicas deste processo, já que a submissão da população negra era conveniente aos empresários que dispunham de mão de obra barata e abundante. (OLIVEIRA, 2010).

Sendo assim, o NP assumiu a incumbência da defesa dos brancos, protegendo-os de qualquer política, doutrina ou ataque que conseguisse colocar em perigo a sua existência. Em contrapartida, recusou toda política de opressão dos não europeus pelos europeus, dado que isso opõe-se aos fundamentos católicos da época. Dessa maneira, a política do *apartheid* desmembra todas as pessoas brancas das negras, assim como os negros dos brancos, resguardando, desta forma as duas raças, e assim dando possibilidade ao desenvolvimento por igual de cada uma delas, separadamente (KOCK, 1972). Na prática o objetivo central nada mais era que a separação das pessoas através da sua cor, a segregação racial.

O apartheid criou um monstro – um Estado branco enquistado numa região multiétnica. Este Estado, enquanto responsável pela representação exterior, reproduziu nesse âmbito sua concepção interna que evoluiu, entre 1948 e 1990, de considerar-se um país europeu estabelecido na África a um país africano europeu [...] o apartheid isolou a África do Sul da comunidade internacional e sua política

---

<sup>4</sup> Lei de administração dos nativos.

externa incorporou esse isolamento ao constituir seu núcleo de formulação e ação em torno da defesa do regime e sua sobrevivência. Ela não se caracterizou, nem nos momentos de extroversão, como um movimento em direção ao mundo exterior, uma projeção que ampliasse o horizonte nacional. (MENDONÇA, 2000, p.13).

A fim de comprovar o seu propósito, o *National Party* procurou implementar o maior número possível de leis que validassem o *apartheid* mesmo nos governos posteriores. Foram determinadas inúmeras leis, tanto no meio social, quanto no sentido de intensificação policial, oprimindo cada vez mais a maioria negra. Em contrapartida, a população negra se mantinha em uma posição contrária a tais leis e a discriminação intrínseca nas mesmas. Muitos partidos e movimentos buscavam investidas pacíficas visando introduzir os negros nos direitos dos sul-africanos, porém estas tentativas foram fracassadas, pois as ações não conseguiam mobilizar a própria população negra.

Apenas em 1952, no momento em que foi efetivado a *Defiance Campaign Against Unjust Laws*<sup>5</sup>, promovendo à prisão de mais de 2500 pessoas por insubordinação ao governo, os militantes anti-*apartheid* conseguiram se destacar perante a comunidade internacional para a conjuntura vivida no país. Para Mandela (1995, p.114): “Nesse primeiro dia da Campanha de Oposição mais de 250 voluntários do país inteiro violaram diversas leis injustas e foram presos. Foi um começo auspicioso. Nossos soldados eram ordeiros e estavam disciplinados e confiantes”. Após este acontecimento, os ativistas anti-*apartheid* buscaram mudar as suas estratégias e acabaram criando um documento nomeado *Freedom Charter*<sup>6</sup>, que relatava diversas reivindicações e metas em diferentes esferas para um governo democrático e justo tanto para negros quanto para qualquer outra raça. A posição do governo teve como foco o encarceramento dos principais representantes do movimento, sob a acusação de traição, bem como a proibição e opressão aos movimentos anti-*apartheid*.

Formou-se um ambiente de incerteza política, o que provocou efeitos de caráter econômicos no cenário sul-africano, como a fuga de capitais abalados pela falta confiança dos investidores. Apesar disso, o movimento de instalação do *apartheid* não foi reprimido, a África do Sul se mostrava não como uma sociedade multirracial, mas sim uma sociedade na qual existiam diversas nações que se desenvolviam separadamente, com território e população próprios. O regime do *apartheid* tinha dois objetivos principais, a separação física das raças tanto na zona urbana como na rural e a transformação da África do Sul numa República, independente da Grã-Bretanha (BRANCO, 2003).

---

<sup>5</sup> Campanha do desafio contra leis injustas.

<sup>6</sup> Carta Régia da Liberdade.

No ano de 1961 houve a proclamação da República da África do Sul (RAS), precisamente no dia 31 de Maio, nomeando C.R. Swart como o primeiro Presidente. Neste mesmo ano, contudo, o *African National Congress*<sup>7</sup> (ANC) e o *Pan African Congress*<sup>8</sup> (PAC), principais movimentos de oposição ao regime, foram reprimidos e marginalizados pelo governo, o qual proibiu as suas atuações. Estes dois movimentos foram pacíficos desde o seu início, mas ambos possuíam membros de vertentes mais radicais, logo, a decisão de guiar o movimento na direção de uma luta armada não demorou, sob a alegação de que fora esgotado o potencial dos protestos e ações não violentas. (OLIVEIRA, 2010).

Deste modo, ainda em 1961, o grupo intitulado *UmkhontoweSizwe*<sup>9</sup> (MK) surge no cenário sul-africano, conduzido pelo alto escalão do ANC, no qual Nelson Mandela fazia parte. O MK deu início aos seus ataques no mesmo ano, exatamente no dia 16 de Dezembro, data representativa, e hoje, feriado nacional no país.

Nós escolhemos o dia 16 de dezembro, Dia de Dingane, por um motivo. Nesse dia os sul-africanos brancos costumam comemorar a derrota do grande líder ZuliDingane na Batalha do Rio do Sangue, em 1938. Dingane era meio-irmão de Shaka e naquela época governava o Estado africano mais poderoso que já existiu ao sul do rio Limpopo. Naquele tempo as balas dos bôeres eram demais para as azagaias dos impis zulus, de modo que as águas do rio que passava por ali ficaram tintas do sangue deles. No dia 16 de dezembro os africanos comemoram a derrota dos africanos, como uma demonstração de que tinham Deus a seu lado, enquanto os africanos lamentavam o massacre de seu povo. Escolhemos o dia 16 de dezembro para mostrar que nós, os africanos, estávamos começando a lutar e tínhamos a justiça (e muita dinamite) do nosso lado. (MANDELA, 1995, p. 235).

Sendo assim, a partir do ano 1961, foram cessadas as manifestações pacíficas, as quais sustentavam a idéia de uma mudança através do diálogo e conscientização da população a respeito das consequências negativas causadas pela segregação racial imposta.

### **2.3 O Fim do Apartheid e suas Heranças Sociais, Políticas e Econômicas**

Houve um esforço na busca por apoio para a luta armada contra os movimentos em prol do regime do *apartheid*, neste contexto Nelson Mandela aprovou as revoltas contra o dominação capitalista que era imposta pelos Estados Unidos, obtendo assim, o apoio da então URSS (União Soviética) fazendo com que o território africano passasse a ser disputado pelas duas potências mundiais durante a Guerra Fria (OLIVEIRA, 2010).

---

<sup>7</sup> Congresso Nacional Africano.

<sup>8</sup> Congresso Pan-africano.

<sup>9</sup> Grupo composto por membros mais radicais, considerados o braço armado do alto escalão do ANC.

Na Umkhonto, sempre procuramos chegar à liberdade sem derramamento de sangue e sem guerra civil. Mesmo nesta hora tardia esperamos que nossos atos iniciais acordem todos para que percebam a situação desastrosa para a qual o Partido Nacionalista está nos levando. Nossa esperança é levar o governo e todos que o apóiam a cair em si antes que seja tarde demais, de modo que o governo e as táticas governamentais mudem antes de sermos levados ao estágio desesperado de uma guerra civil. (MANDELA, 1995, p.235).

Ao constatar que as atuações de Nelson Mandela estavam cada vez mais fortes, o governo, decide prendê-lo e condená-lo a cinco anos de prisão, sua justificativa foi o fato dele ter retornado clandestinamente à África do Sul em 1962, arrecadando fundos para o movimento revolucionário. Os principais representantes do movimento foram perseguidos e reprimidos até que fossem descobertas provas de boicotagem e traição. Portanto, no dia 2 de junho de 1967, Nelson Mandela foi julgado, e dessa vez, condenado a prisão perpétua, pois foi atestado por meio de provas, o planejamento de ações armadas, em especial boicote (o que Mandela admite) e colaboração a outros países para invadir a África do Sul (o que Mandela nega). (OLIVEIRA, 2010).

Ao longo do julgamento, o governo esforçou-se em afirmar que o comportamento de Mandela e seus seguidores tratava-se de ações de caráter comunistas, para que desta forma, predominassem as escolhas dos brancos e os interesses da "potência dos Estados Unidos", até que em novembro de 1985 a justiça apresentasse a Mandela uma proposta de acordo que o convencesse a desistir da luta armada, mas nada adiantou. (BRANCO, 2003).

Fazia 20 anos que nos dedicávamos à luta armada. Muita gente já morrera nos 2 lados. O inimigo era forte e resoluto. Mesmo assim, com todos os seus bombardeiros e tanques, o inimigo deve ter percebido que estava na contramão da história. Nós estávamos do lado certo, só que ainda não tínhamos força. Para mim estava claro que uma vitória militar era um sonho distante, para não dizer impossível. Simplesmente não fazia nenhum sentido os dois lados perderem milhares e até milhões de vidas num conflito desnecessário. Eles também já deviam saber disso. Estava na hora de dialogar. (MANDELA, 1995, p.429).

As primeiras mudanças ocorreram com a vitória eleitoral de Frederick Williem De Klerk em 1989. Ainda que este fosse integrante tradicional do *National Party*, e apoiador do regime, decidiu naquele momento evoluir nas negociações de paz perante a situação que o país se encontrava, propôs a libertação de presos políticos e a legalização dos movimentos anti-*apartheid*. Desta forma, ao executar seu discurso de abertura do Parlamento<sup>10</sup>, em 2 de fevereiro de 1990, o Presidente pega de surpresa toda população sul africana ao abolir

<sup>10</sup> Discurso completo disponível em:  
<<http://archive.niza.nl/docs/200404201354203185.pdf?&username=guest@niza.nl&password=9999&groups=NIZA&workgroup=>>.

oficialmente o regime do *apartheid* e noticiar ao país as amplas modificações que viriam acontecer. Sua manifestação destacou a negociação como esfera prioritária do governo e concluiu evidenciando a libertação incondicional de Nelson Mandela, o qual foi solto nove dias após o discurso, em 11 de fevereiro de 1990. Posteriormente a sua libertação Nelson Mandela realizou um discurso público de imediato na Cidade do Cabo, onde se mostrou a favor da continuação da luta armada e das sanções, pois as condições para a abertura das negociações ainda não estavam claras: “Estimulei o povo a voltar para as trincheiras e intensificar a luta, dizendo que percorreríamos juntos o quilômetro final”. (MANDELA, 1995, p.461).

Em novembro de 1993, Nelson Mandela já havia traçado os fundamentos que encaminhariam a política externa de Pretória no caso de uma vitória do ANC, nas eleições. Os aspectos essenciais da diplomacia sul-africana foram exibidos em um artigo para a revista *Foreign Affairs*, onde Mandela escreve:

Os pilares nos quais se basearão a nossa política externa são as seguintes crenças: (1) de que assuntos de direitos humanos são centrais para as relações internacionais e que uma compreensão de que eles se estendem além do político, abraçando também o econômico, o social e o ambiental; (2) que soluções justas e duradouras para os problemas da humanidade podem apenas acontecer através da promoção da democracia em todo o mundo; (3) que considerações de justiça e respeito por leis internacionais deveriam guiar as relações entre as nações; (4) que a paz é a meta para qual as nações devem convergir, e onde isso não acontece mecanismos combinados e não violentos, incluindo regimes eficientes de controle de armas, devem ser colocados em práticas; (5) que as preocupações e os interesses da África devem se refletir na nossas escolhas de política externa; (6) que o desenvolvimento econômico depende de uma crescente cooperação regional e internacional em um mundo independente. (MANDELA, 1993, p.86).

Além de determinar os direitos humanos como principal pilar nas novas relações exteriores, Mandela reforça a preocupação do país em se integrar com o restante do continente africano no seguinte texto:

A África do Sul não pode escapar de seu destino africano. Se nós não dedicarmos nossas energias a este continente, nós também poderíamos nos tornar vítimas de nossas forças que arruinaram várias partes. [...] A África do Sul exige uma prioridade especial em nossa política externa. Nós somos parte intrínseca da África Austral e nosso destino está ligado ao da região, que é muito mais do que mero conceito geográfico. (MANDELA, 1993, p.86).

Mesmo que Nelson Mandela tenha demonstrado sua inquietação com questões ligadas aos direitos humanos, a crise econômica e os problemas comerciais também são pontos importantes do seu discurso. O até então presidente da ANC afirma que a África do Sul não

vai render-se as pressões do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)<sup>11</sup> em relação a abertura econômica do país para o restante do mundo. Por diversas vezes ele deixa claro o fato de a ANC ser a favor do livre comércio e da democracia, mas que se este processo não for feito de forma cautelosa, através de uma liberalização gradual das tarifas, o resultado pode ser o fechamento de muito postos de trabalho. Mandela ainda destaca que as novas idéias defendidas pela ANC são um “grave contraste à África do Sul do *apartheid*, que, em quase cinco anos, conduziu de forma desastrosa as suas relações internacionais” (MANDELA, 1993, p. 86).

Em 22 de dezembro de 1993, após um extenso período de negociação entre as lideranças do governo e do ANC, o Parlamento sul-africano concede as pressões políticas e aprova a constituição interina que, na prática, encerrou o *apartheid*. A maneira como foi feito as negociações foi considerada inovadora, pois abriu mão de interventores estrangeiros e, portanto, ajudou na conquista do Prêmio Nobel da Paz<sup>12</sup> de Mandela e De Klerk, que botaram fim ao regime do *apartheid* de forma pacífica, começando uma nova democracia na África do Sul.

Com o término do *apartheid*, a comunidade internacional identifica uma transformação de atitude em relação ao regime de Pretoria, pois a África do Sul passa de Estado-pária a um país mais atuante nas questões globais dos anos 1990, fazendo parte, aos poucos, de diversas instituições. Nesta lógica, é possível verificar como a África do Sul estabeleceu relações com o Ocidente, sobretudo com os Estados Unidos, uma vez que durante os anos da Guerra Fria o ANC e países ocidentais muitas vezes estiveram em lados opostos sob a visão ideológica.

Em uma série de documentos<sup>13</sup> políticos, o ANC reconheceu a mudança dramática no ambiente internacional, o colapso de seu velho aliado, a União Soviética, e o surgimento de uma nova ordem internacional multipolar, crescentemente dominada politicamente pelos Estados Unidos e que se baseia social e economicamente na hegemonia indisputada do sistema capitalista. (DOPCKE, 1998, p. 145).

No âmbito internacional vigente, a África do Sul era considerada uma potência média, e como cita Cooper e outros autores, para um país ser definido como potência média necessitava cumprir os seguintes requisitos: posição do Estado em relação aos outros países em critérios facilmente quantificáveis – extensão da área, tamanho da população, riqueza da

---

<sup>11</sup> O acordo do GATT, iniciado em 1948, regulou o comércio internacional até 1995, quando foi substituído pela Organização Mundial de Comércio.

<sup>12</sup> Informação disponível em: <[http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1993/](http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/)>.

<sup>13</sup> Os documentos o qual Dopcke se refere são relatórios sobre política externa publicados após congresso do partido realizados em 1992, 1993, 1994, 1996 e 1997.

economia, contingente militar, etc. – a posição geográfica do país em seu continente, a reputação da nação em relação aos seus vizinhos e o seu comportamento perante os demais Estados. (COOPER; HIGHOT; NOSELL, 1993, p. 21).

A África do Sul se enquadrava nos quatro critérios definidos, mesmo com algumas incertezas em relação aos três primeiros. Já países como Canadá e Austrália, se encaixavam nos requisitos determinados para definir as “potências médias” sem grandes indagações. Na questão da riqueza da economia, o PIB sul-africano se aproximava dos números do PIB de países como México e Turquia. Na verdade, sua riqueza regional só era semelhante a de uma potência média na comparação com países da África Austral. O comportamento da África do Sul a partir do governo Mandela, dentro dos critérios apontados por Cooper (1993), é exatamente o de uma potência média.

Apesar de 19 partidos terem concorrido, a maior parte deste número se tratava de partidos de pequena dimensão, ou seja, não representavam grande número de eleitores. Mesmo assim, no dia 27 de abril de 1994 ocorreu a primeira eleição multirracial da história da África do Sul, uma vez que o ANC venceu as eleições de forma soberana, já que recebeu 62,65% dos votos (BRANCO, 2003). Em 9 de maio de 1994 o novo Parlamento efetuou na Cidade do Cabo sua primeira conferência, nomeando de forma unânime o nome de Nelson Mandela como Presidente do país, Thabo Mbeki como primeiro Vice-Presidente e F.W. De Klerk como segundo Vice-Presidente.

Com o novo governo formado, a prioridade seria por em prática o *Reconstruction and Development Programme*<sup>14</sup>(RDP), o qual procurava transformar os inúmeros problemas sociais e econômicos deixados pelo *apartheid*. O objetivo era estimular o país afim de eliminar todas as características deixadas pelo regime e implantar uma nova sociedade, democrática e livre de preconceitos. Ao certificar-se que a população branca desfrutava de boa condição financeira e social enquanto que a negra sofria com as dificuldades herdadas, como o desemprego, o RDP buscava a diminuição da pobreza e a reconstrução da economia.

Além dos princípios, os mecanismos internos de funcionamento da política externa eram opostos aos do regime do NP. Contudo, no ano de 1994 a nova administração de Pretória inicia uma reestruturação da máquina diplomática governamental. Como Alden e Le Pere constatarem, o ANC tem como desafio a “formidável tarefa de traduzir a vitória da diplomacia da liberação em uma política externa pragmática e de princípios” (ALDEN; LE PERE, 2004).

---

<sup>14</sup>Programa para Reconstrução e Desenvolvimento. Texto completo disponível em: <<http://www.anc.org.za/ancdocs/policy/white.html>>.

Mills (2000) mostra que, no início de seu governo, Mandela já teve dificuldades para converter sua enorme superioridade política em sucessos de política externa. O ANC não conseguiu, em seus primeiros anos de governo, fazer uma modificação na sua estrutura a fim de não ser apenas mais um movimento de liberdade civil, mas sim um partido de situação, principalmente pelo fato de que havia uma diferença entre os ideais de Mandela e os princípios que mobilizavam o aparelho estatal. No final, os encargos relacionados a política externa, os quais tinham a responsabilidade do ANC, em função da sua posição contrária durante os anos de oposição do regime do *apartheid*, pesavam na conta do partido, que agora tinha compromisso não apenas com as maiorias sul-africanas, mas sim com toda a sociedade.

Os obstáculos que os representantes internacionais tem em decretar uma política externa sem contradições e oposições, faz parte da interpretação recente de “interdependência complexa” das relações internacionais – isto é, “a falta de clareza na distinção das tradicionais linhas que separam a política doméstica dos assuntos externos”. A determinação das diretrizes diplomáticas envolve nos dias atuais assuntos variados, como investimentos, migrações, energia, inflação, segurança alimentar, direitos humanos e meio ambiente. (ALDEN; LE PERE, 2004).

No processo de exorcismo de quase quatro décadas de ‘diplomacia de isolamento’, o ANC subestimou seriamente tanto o espectro como a complexidade da estruturação institucional e da administração da máquina de gestão da política externa do país. A diplomacia pós-*apartheid* da África do Sul logo virou vítima do perene enigma da política estrangeira: a falta de visão coordenada. (ALDEN; LE PERE, 2004, p.16).

Na nova África do Sul, o desafio na área de relações exteriores estava no estabelecimento de modelos e critérios das políticas externas bem como na reformulação das próprias instituições. Hentz (2005) percebe que o Estado sul-africano pós-*apartheid* é mais acessível à atuações domésticas do que o Estado dos anos do *apartheid* (HENTZ, 2005, p. 150). Isso aconteceu, segundo Mills (2000), pois o até então recente governo está mais propenso a discutir com a sociedade sobre questões relacionadas a condução da administração do que os governos antecessores. (MILLS, 2000, p. 261).

Muitas características do Estado sul-africano pós- 1994 tiveram impacto na mudança da política externa, tais como: as disputas internas entre os burocratas dos diferentes departamentos estatais e a confusão sobre o papel institucional de cada unidade do governo; a maior participação do Parlamento nas decisões relacionadas à política externa; a maior participação da sociedade civil na definição da política externa – defendido pelo ANC durante o regime do *apartheid*; e finalmente a importância da Presidência na definição da linha diplomática do país.



Os diversos departamentos administrativos que conduziam a política externa da África do Sul possuíam muitas divergências, o DFA (Departamento de Assuntos Exteriores) tinha como concorrentes o DoD (Departamento de Defesa) e o DTI (Departamento de Comércio e Indústria). Após o ano de 1994, acabaram as sanções e o DTI passa então a promover o importante processo de atração de investimentos assim como acordos bilaterais e multilaterais com outros países, principalmente desenvolvidos. O êxito alcançado pelo DTI gera uma oposição de idéias do DFA (MILLS, 2000). Hentz (2005) afirma que “dentro do governo, o DTI encobriu o DFA com sua política pró-desenvolvimento” (HENTZ, 2005 p.162). Com o DoD, o desentendimento se mostrava presente nas resoluções referentes as áreas de segurança e comércio de material bélico.

Mills (2000) certifica que poucos progressos foram alcançados no que diz respeito a coordenação de política de comércio exterior e de relações exteriores entre 1994 e 1999. No início do ano de 1994, o DTI aderiu a duas práticas para aperfeiçoar a representação no contexto internacional do departamento, como diminuir os custos e usar de forma mais eficiente os recursos, ou seja, esta prática significou uma modificação da filosofia do DTI, que atuava no exterior como uma “unidade de combate às sanções”. (MILLS, 2000).

Na realidade, os departamentos eram desorganizados no sentido de quais elementos de ambos departamentos deveriam ser integrados e quais deveriam ser separados. O DFA acreditava que o Departamento de Comércio focava apenas na atração de investimento, e não se importava com as parcerias estratégicas, sem visão política. O DFA optava por estabelecer novas relações bilaterais, e não atuava apenas com ações de atração de capital estrangeiro. Já o DTI, reduziu suas missões comerciais em vários países, e assim, deixou diversas tarefas sob a responsabilidade do DFA e a sua atuação no exterior. Os funcionários do DTI não tinham a capacitação necessária na área de comércio exterior para dirigir as negociações internacionais. Da mesma forma, o DFA não conseguia transpor a influência que o DoD possuía nos assuntos de segurança e negociação de armas. (MILLS, 2000).

Sobre o desempenho do Parlamento, segundo aspecto da nova estrutura sul-africana, com uma situação inédita, o ANC tinha, pela primeira vez, maior número dentro do Congresso Nacional– 266 das 400 cadeiras (ALDEN; LE PERE, 2004). Assim o Parlamento teve uma conduta marcante em algumas questões relacionadas a política externa, como no reconhecimento diplomático da China e nas negociações de armas.

Mesmo controlando o poder Executivo, é no Legislativo que o ANC desfruta de instrumentos mais adequados para moldar sua política. Hentz (2005) escreve:

O Estado pós-apartheid tem novas dinâmicas institucionais e novo corpo administrativo. Tanto o NEDLAC<sup>15</sup> e o Parlamento influenciaram a política comercial da África do Sul e ambos estiveram abertos a pressões domésticas. (HENTZ, 2005, p. 162).

Hentz (2005) observa que o Parlamento sul-africano era mais próximo do setor trabalhista do que do setor de negócios, e isso se deu, segundo o autor, pois o Parlamento era mais vulnerável às demandas populares, principalmente pelo fato de os principais postos do Congresso relativos ao comércio exterior serem ocupados por políticos historicamente ligados à esquerda do ANC, muito próximos do setor sindical.

A maior participação da sociedade civil nas decisões da política externa é a terceira característica da nova África do Sul, abrangendo um grande número de instituições, como sindicatos, organizações comunitárias, grupos de direitos humanos e centros acadêmicos.

Hughes (2004), explorou o papel de diferentes agentes dentro da sociedade civil na determinação da política externa sul-africana, e escreve:

Um dos desenvolvimentos mais encorajadores [da era pós-apartheid] foi o engajamento da sociedade civil na elaboração da nova política externa da África do Sul. Isso era manifestado em uma série de conferências, workshops, artigos de revista e documentos de política externa promovidos por autoridades do DFA em conjunto com especialistas em relações internacionais do ANC, assim como com acadêmicos locais e internacionais, para repensar fundamentalmente o papel da África do Sul e seu posicionamento no ambiente global, além de iniciar o processo de formação de uma estrutura pós-1994 da política externa sul-africana. (HUGHES, 2004. p. 31)

As principais instituições que se envolveram na concepção da política externa sul-africana eram organizações não governamentais e centros acadêmicos. Entre as entidades mais importantes estão a *South African Institute of International Affairs* (SAIIA), o *Institute for Global Dialogue* (IGD, antigo *Foundation for Global Dialogue*), o *Institute for Security Studies* (ISS, antigo *Institute for Defence Policy*), o *Centre for Policy Studies*, o *Centre for International Political Studies* e o *African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*. Hughes (2004) cita o caso bem-sucedido da parceria entre o governo sul-africano e o tradicional SAIIA, fundado em 1934. A formulação do *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), uma das principais ações de política externa sul-africana pós-apartheid, contou com a contribuição intensa de técnicos do SAIIA<sup>16</sup>. (HUGHES, 2004).

<sup>15</sup>O National Economic Development and Labour Council, ou NEDLAC, substituiu em 1995 o National Economic Forum (NEF). O NEDLAC é um concerto entre governo, entidades sindicais e organizações da sociedade civil para discutir e elaborar políticas econômicas e sociais.

<sup>16</sup>SAIIA evitou a todo custo receber financiamento do governo federal, por condenar o regime de segregação. A entidade ficou conhecida internacionalmente pelo lema informal criado por um dos seus diretores, Harry Oppenheimer: "poor, but pure" ("pobres, porém puros").

O papel da sociedade civil organizada<sup>17</sup>, porém, teve limites, como observam Alden e Le Pere, eles escrevem:

O setor [da sociedade civil] passou por uma profunda transformação desde o começo da transição democrática. O alinhamento próximo da sociedade civil com a luta do ANC por liberalização nacional deu lugar a um sentido de alienação e marginalização, na medida em que o governo usurpou muitas das áreas tradicionais e coagiu muitos dos seus talentosos integrantes [...] O desconforto com as rotas de transformação do Estado se aliou à percepção do governo "levado para longe" pela globalização, levando a conclusões enormemente exageradas sobre a escala e o papel da sociedade civil. (ALDEN; LE PERE, 2004, p. 17)

No final do governo de Mandela, é possível perceber que os atores da sociedade civil estavam frustrados com o cenário da política externa sul-africana, as preocupações se davam por insatisfações com o desempenho do novo governo, e as relações diplomáticas de Pretória.

Finalmente, o quarto componente da nova política externa sul-africana é o legado internacional deixado por Nelson Mandela, rejeitando muitas vezes os planos do DFA, dos demais departamentos e da sociedade civil (ALDEN; LE PERE, 2004, p. 16). Nas palavras de Mills (2000), a fama de Mandela era tão grande que “a imagem da África do Sul (e sua política externa) está muito ligada ao perfil do presidente”, e, como resultado disso, “as políticas muitas vezes seguiam-se após seus pronunciamentos públicos, em vez de no sentido inverso” (MILLS apud ALDEN e LE PERE, 2004, p. 16). A fama de Mandela é justificável, já que muito do sucesso da transição política interna relativamente pacífica ocorrida nos anos 90 é atribuída à sua liderança.

Por força da sua personalidade, história, reputação e do simbolismo de sua luta pela paz e pela construção de uma nação, Nelson Mandela foi aclamado pela comunidade internacional como a encarnação da imagem da política externa da África do Sul. Apesar de Mandela ter falhado em converter seu prestígio internacional e ascendência institucional em políticas práticas, através da força de sua personalidade e de sua autoridade moral ele ainda assim cumpriu um papel fundamental em um número de intervenções de política externa. (HUGHES, 2004, p. 15)

Mesmo o carisma sendo a sua característica mais marcante, a atuação de Nelson Mandela nas questões relacionadas a política externa e demais questões do contexto internacional sempre geravam críticas internas na África do Sul. Pequenos grupos do ANC reclamavam da tolerância exagerada do presidente com ministros indicados por ele que não conseguiam exercer suas funções. Outros membros do NP se queixavam perante o fato de Mandela confundir-se muitas vezes com as obrigações de chefe de Estado, com as obrigações de chefe de partido, ainda arrecadando fundos para o ANC. A influência exercida por

---

<sup>17</sup>O papel de ONGs foi relevante em diversas situações. Não é possível aqui enumerar todos os exemplos, pois são muitos. As ONGs participaram de negociações muito distintas, desde o engajamento sul-africano na campanha internacional para banimento de minas terrestres até a formulação dos princípios de participação da África do Sul em missões de paz, passando pelo já citado acordo comercial com a União Européia.

Mandela nos foros internacionais era grande, contudo, acabava por gerar certa frustração, pois formava falsas expectativas sobre a capacidade de agir de Pretoria (BARBER, 2005).

Em 1995 o governo legitimou oficialmente a Política de Ação Afirmativa com o propósito de beneficiar agora os grupos antes discriminados - negros, indianos e mestiços - nas mais variadas áreas, com o propósito de reduzir as desigualdades e injustiças instituídas pelo antigo regime. O Departamento de Serviço Público e Administração foi o órgão responsável por essas ações, e embora tenha encontrado grande apoio em meio à população negra, encontrou também grande resistência da população branca.

O até então recente governo detectou obstáculos também no funcionalismo público, que possuía cerca de 85% de homens brancos nos cargos de chefia, o que representava um problema para o ANC e as reformas propostas. Em contrapartida, havia na própria polícia, um instrumento do *apartheid*, cuja imagem não possuía crédito perante a população, de acordo com o relatório *Policing in the New South Africa*<sup>18</sup> da ANC. Além do mais, outros problemas também precisavam ser resolvidos, como a corrupção, a qual vinha crescendo e se instalava em muitos setores da administração pública (BRANCO, 2003).

Mesmo que o governo se mostrasse interessado no sentido de retomar a economia do país e atingir as metas fixadas no RDP, o cenário não se mostrava otimista por alguns fatos, dentre eles: o baixo investimento interno e externo ligado à queda do preço do ouro nos mercados internacionais, tal fato gerou um aumento do desemprego e, por consequência, aumento na pobreza. Portanto, mesmo com os avanços na diminuição da desigualdade social entre negros e brancos, o *apartheid* econômico entre estes permanecia. Deste modo, restavam ainda desafios a serem enfrentados pelo governo, como a construção de uma democracia; combate à exclusão social e racial; ampliação do acesso a políticas sociais e direitos para a população negra; modernização e desenvolvimento econômico e ruptura com o isolacionismo externo.

No ano de 1999 ocorreram novas eleições, nomeando Thabo Mbeki novo presidente, este que até então era vice-presidente do governo Mandela, proclamando a segunda vitória do partido ANC. A prioridade do novo presidente e sucessor de Mandela era de seguir as diretrizes de tornar a África do Sul um país mais humano e com melhores condições de vida para a população. Havia uma perspectiva de que a situação mudasse uma vez que outro líder assumisse a presidência da África do Sul, e neste sentido, Mills (2000) declara a incerteza que a eleição de Thabo Mbeki gerou internacionalmente:

---

<sup>18</sup> Policiamento da nova África do Sul.

Que a comunidade internacional possa ter perdoado algumas indiscrições e ter aclamado os seus sucessos reflete a estatura de Mandela e seu papel mais amplo em colocar um fim ao apartheid. Mas esta comunidade internacional estaria menos inclinada a apoiar um governo Mbeki, dado que ele não tinha tal ferramenta formidável de política externa. Isso sublinha a necessidade para o melhor uso das ferramentas burocráticas e uma cuidadosa coordenação interdepartamental na formulação e implementação da política externa. (MILLS, 2000, p.298).

Sabendo da transformação estrutural que ocorreria junto com a alternância da presidência sul-africana após a saída de Mandela, Thabo Mbeki, que atuou durante o mandato de Mandela prestando auxílio à Presidência, entre 1994 e 1999, proporcionou uma reestruturação institucional para fortalecer o Executivo, onde extinguiu antigos gabinetes vinculados a Presidência como o do auxiliar da Presidência e do ministro da Presidência, e todas as funções e funcionários foram repassados ao gabinete da Presidência. O núcleo mais importante para definição da política externa dentro do Executivo passou a ser o *Policy Coordination and Advisory Service* (PCAS), que monitorava de perto as ações de diplomacia dos diferentes departamentos do Estado. Como escreve Hughes (2004) “Um dos assuntos definidores da presidência de Mbeki, e um assunto que é central para se entender a condução de áreas fundamentais da política externa da África do Sul, é o fortalecimento do gabinete do presidente”. (HUGHES, 2004, p.16).

A tarefa de reconstituição do país continuou no segundo mandato de Mbeki (2004-2008), na presidência de Kgalema Motlanthe (set/2008-mai/2009) e permanece no governo de Jacob Zuma (mai/2009-atualmente), todos membros do ANC.

## **2.4 Situação Econômica no Início do Século XXI**

### **2.4.1 Evolução recente da economia**

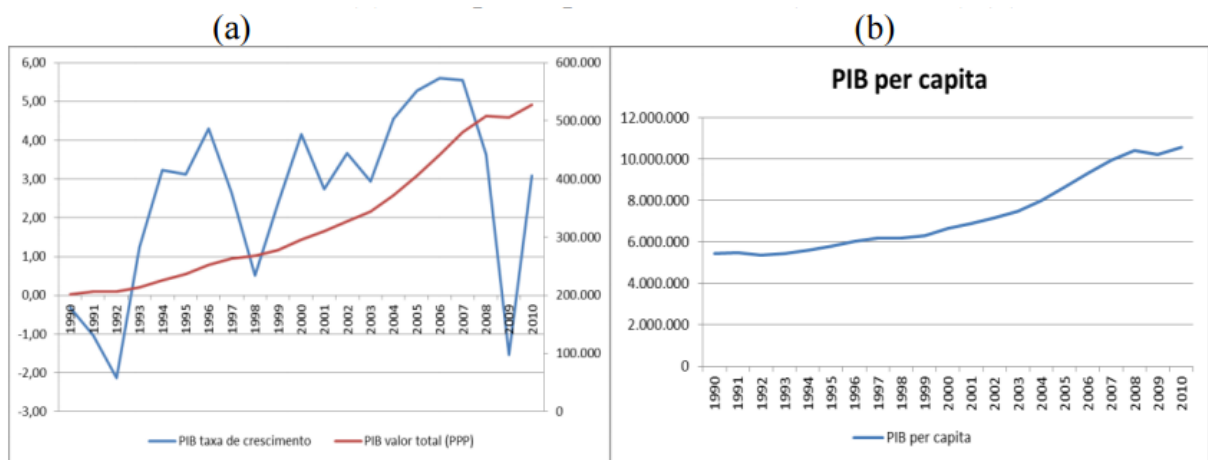
Ao longo da sua história a África do Sul passou por muitos problemas políticos, sociais e econômicos, mas sem dúvida o maior deles foi o apartheid, pois englobava todas as esferas citadas anteriormente. Com o fim do apartheid no início dos anos 90, os sul-africanos caminham para um avanço no processo de democratização do país e também para o seu desenvolvimento

A África do Sul se destaca no continente africano em função de ser a maior economia deste continente. Ao final da primeira década do século XXI, seu PIB era de 528 bilhões de dólares, o que representa 21% do PIB do continente. Desde 2000 sua taxa de crescimento médio tem sido de 3,6% ao ano. (UNCTAD, 2013). O país também se destaca no continente

africano pelo fator PIB per capita, o qual foi de mais de 7 mil dólares em 2010, enquanto o restante do continente registrou uma média no mesmo período de 1,6 mil dólares de PIB per capita. (UNCTAD, 2013).

Sua economia se mostra bem diversificada, sendo que possui grandes reservas minerais, indústrias manufatureiras, além de um amplo setor de serviço, o qual vem crescendo nos últimos anos.

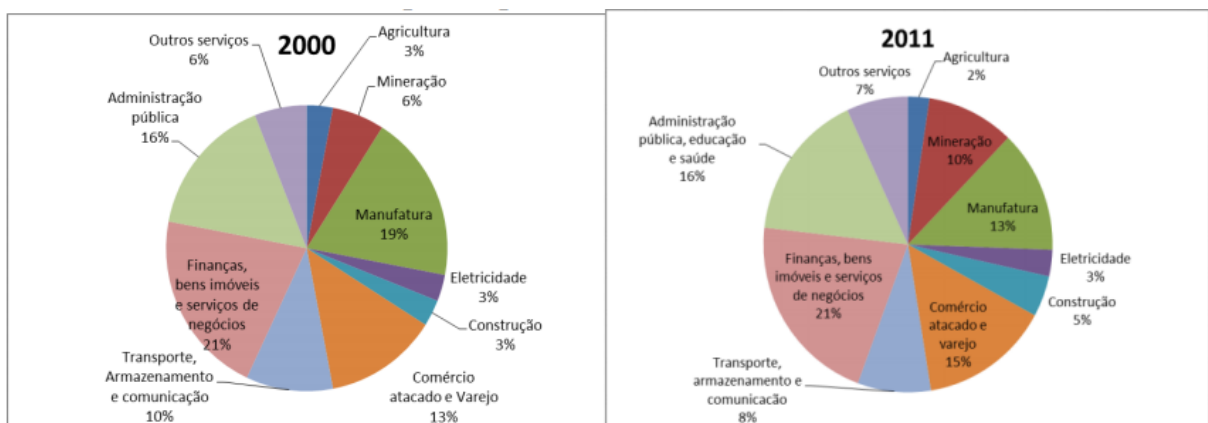
**Gráfico 1: PIB a preços correntes e taxa de crescimento do PIB (a); PIB per capita (b)**



Fonte: IMF, World Economic Outlook Database, 2013.

Como já citado, a economia da África do Sul é bem diversificada, e destaca-se por este fato quando comparada com outras economias do mesmo continente. O seu setor terciário, ou seja, o setor de serviços apresenta grande participação no PIB do país, bem como o setor de comércio. Sua agricultura tem pouca representação em relação ao PIB, e esse quadro se mantém na última década.

**Gráfico 2: Participação dos setores no PIB total (2000, 2011)**



Fonte: African Economic Outlook, 2013.

O país possui um alto índice de desemprego, mesmo com a expansão econômica recente e com a sua economia tendo a característica de ser diversificada. A partir do ano 2000 suas taxas se mantiveram em uma média de 25% do total da força de trabalho. (IMF, 2013). Os empregos se concentram no setor de serviços, e no ano de 2000 os empregos neste setor representavam 59,4% do total de empregos no país. No ano de 2009 este percentual chega a 70%. A agricultura ocupa cerca de 5% do emprego e a indústria 25%. (WORLD DATA BANK, 2012).

Durante o processo de democratização foram implementadas algumas medidas direcionadas à diminuição da alta taxa de desemprego da África do Sul, que atinge em grande parte a população mais jovem. Em 2011 cerca de 49,8% do total da força de trabalho que possuía entre 15 e 24 anos estava desempregada. (WORLD DATA BANK, 2013).

Houve a instalação de políticas voltadas à parcela mais pobre da população e programas de incentivo ao crescimento econômico através do investimento público. A partir do século XXI o governo vem aumentando seus gastos e criando importantes programas de incentivo ao crescimento, mas estes não apresentaram resultados satisfatórios, pois um pequeno grupo teria sido beneficiado com tais programas.

Embora os gastos internos do governo tenham sido entre 2% dos anos 80 para os anos 90, sua taxa cresce para 4,6% entre 2005 e 2010. E nesse sentido, houve um aumento dos gastos do governo em programas com caráter de assistência social, como aposentadorias e transferência de renda. Estes gastos são importantes quando atingem a parte mais pobre da população, no entanto, não foram totalmente eficientes uma vez que, não alteraram a estrutura social do país e um dos seus maiores problemas, a desigualdade social. A tabela abaixo mostrará o PIB da África do Sul decomposto.

**Tabela 1: PIB Decomposto por Despesas/Gasto Interno (1984-2010)**

	% PIB				% PIB (crescimento anual)		
	1984	1994	2004	2010	1985-1994	1995-2004	2005-2010
Despesas de consumo Final das Famílias	55,6	60,9	62,9	59,4	1,4	3,3	4,3
Despesas de consumo Final do Governo	17,6	20,0	19,4	21,5	2,4	2,1	4,6
Formação Bruta de Capital	24,0	15,2	16,0	19,6	-1,7	5,7	7,5
Gasto Doméstico Bruto	98,2	97,8	100,3	100,2	0,6	3,2	8,4
Exportações de Bens e Serviços	25,5	22,1	26,4	27,3	3,8	4,3	1,5
Importações de Bens e Serviços	23,7	19,9	26,7	27,5	3,3	5,9	5,3

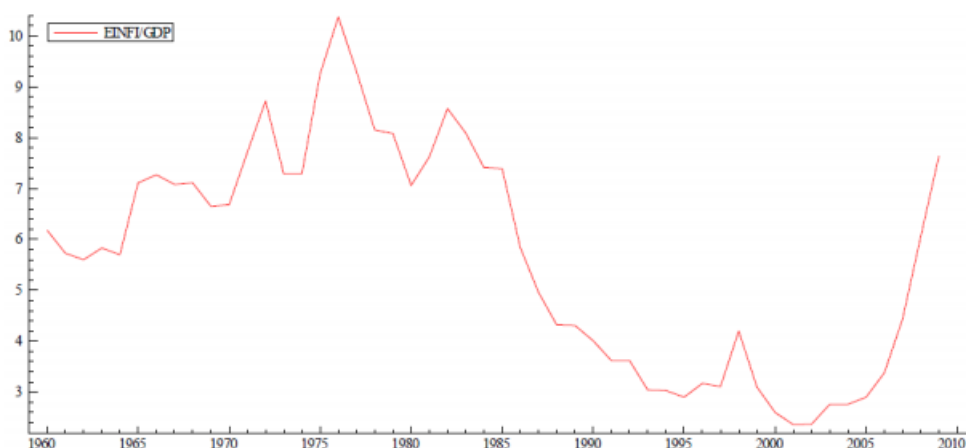
Fonte: World Data Bank, World development Indicators Database, 2013.

Percebe-se um crescimento do Gasto Doméstico Bruto desde os anos 80, passando de 0,6% no período de 1985-94 para 3,2% entre 1995-2004. Já entre os anos de 2005 e 2010 sua taxa de crescimento do gasto doméstico bruto é de 8,4%.

A sua Formação Bruta de Capital apresentou um crescimento muito importante. No ano de 1995 a FBC crescia 5,7%, já no período entre 2005 e 2010 seu crescimento foi de 7,5%. Tal fato refletiu a expansão dos investimentos nesta economia, uma vez que, sua média de investimentos total pela porcentagem do PIB entre os anos de 1995 e 1999 foi de 16,2%. A partir do ano 2000 até 2005 sua média foi de 16,5% do PIB. E deste ano até 2010 sua participação nos investimentos corresponde 20%. (IFM, 2013).

Outro fato importante para se destacar são os investimentos voltados para a infraestrutura do país, mesmo que esta seja considerada ampla quando comparada com outros países em desenvolvimento, como rodovias, escolas e sistemas de saúde, os investimentos em infraestrutura básica, como no setor de energia, tem ficado abaixo das necessidades e potenciais de demanda interna. (KUMO, 2012). Pode-se verificar estes investimentos em infraestrutura no gráfico 3.

**Gráfico 3: Investimentos sul africanos em infra estrutura % PIB (1960-2010)**



Fonte: Kumo (2012)

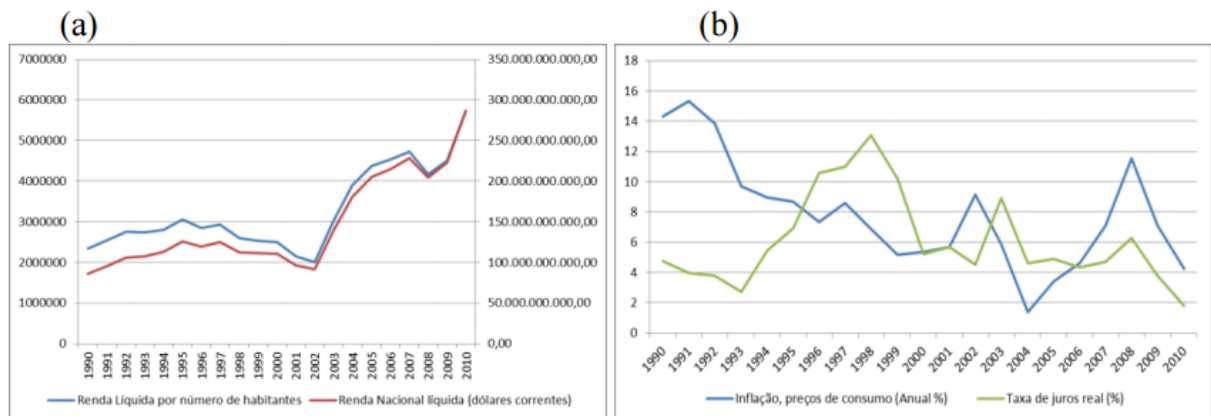
O gráfico de Kumo (2012) tem como objetivo analisar o investimento em infraestrutura desde os anos 60 na África do Sul e a sua relação com o crescimento econômico. Se observa ao longo deste período alguns momentos de grande expansão dos investimentos, principalmente nos anos 70. A partir dos anos 80 houve uma retração dos investimentos em infraestrutura, os quais voltam a crescer no ano de 1998. No início do século XXI o investimento era baixo, mas no ano de 2005 ocorre uma recuperação, com o nível de investimentos chegando a 6,05% do PIB em 2008 e 7,64% em 2009. (KUMO, 2012).

A expansão dos investimentos e o aumento das despesas internas (tanto das famílias quanto do governo) se sustentam em um crescimento real das famílias e da queda relativa da taxa de juros real, como no ano de 1998. De 2000 a 2003 ocorreu uma elevação dos juros,



causada principalmente por uma fuga de capitais e a desvalorização do rand. Após o ano de 2004 os juros voltam a se retrair a partir de uma retomada dos fluxos de capitais desde 2003. A inflação também vem diminuindo ao longo dos anos, mas aumenta entre 2000 e 2001 e também a partir de 2004, como pode-se verificar no gráfico 4.

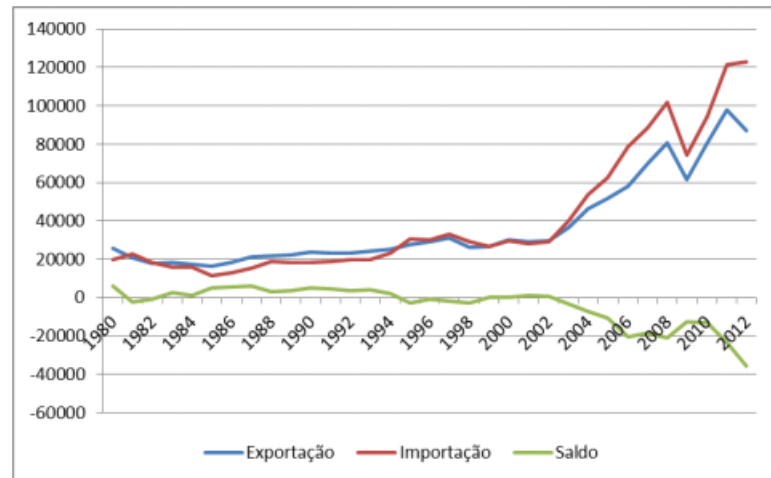
**Gráfico 4: Renda doméstica (a). Taxa de juros real e inflação (b) - (1990-2010)**



Fonte: World Data Bank, World Development Indicators, 2013.

A melhora da economia da África do Sul, bem como a expansão das despesas internas e dos investimentos se relacionam diretamente a expansão das exportações nas últimas décadas, em 2000 o valor total exportado foi de 40 bilhões, já em 2011 passou os 100 bi. (UNCATD, 2013). Porém, não houve um aumento apenas nas exportações, as importações também cresceram ao longo do século XXI, gerando um déficit comercial que em 2012 chega a 35 bilhões de dólares, e parte deste déficit se deve a valorização do rand neste período.

**Gráfico 5: Exportações e Importações totais e Saldo da Balança Comercial (1980-2012)**



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

A conjuntura à favor das exportações de artigos primários permitiram um efeito indireto na economia, promovendo um relaxamento na Balança de Pagamentos, e a melhora deste quadro foi fundamental na expansão do consumo interno e manutenção das taxas de juros a níveis menores.

### 3 CHINA

#### 3.1 História chinesa no período de 1949 e 1978

O processo de desenvolvimento econômico chinês se deu de uma forma muito peculiar, distinguindo-se do que ocorreu na Europa Ocidental, sobretudo na Grã-Bretanha, a qual passou por duas revoluções industriais entre os anos de 1700 e 1900. Neste mesmo período as expectativas para o avanço econômico da China não eram nada positivas.

Zhu (2012) atribui este fato ao centralismo político chinês deste período, e acatando aos interesses de elites políticas, afastou o país de relações comerciais e do avanço tecnológico que poderiam impulsionar o crescimento econômico. Para o autor, a aversão e resistência em relação à adoção de novas tecnologias no Império se dava especialmente por parte de uma classe formada pela família imperial, famílias tradicionais e membros da elite burocrática do país.

Somente em 1949, quando a China fica radicada como República Popular da China (adiante denominada RPC) são estabelecidas as primeiras indústrias e assim o início do processo de industrialização. Contudo, segundo Morrison (2011), durante o governo de Mao Zedong,

Government policies kept the Chinese economy relatively stagnant and inefficient, mainly because most aspects of the economy were managed and run by the central government (and thus there were few profit incentives for firms, workers, and farmers), competition was virtually nonexistent, foreign trade and investment flows were mainly limited to Soviet bloc countries, and price and production controls caused widespread distortions in the economy. Chinese living standards were substantially lower than those of many other developing countries.<sup>19</sup>(MORRISON, 2011, p. 2)

Deste modo, o interesse no processo de industrialização proposto por Mao Zedong, apresenta aspectos divergentes após a sua morte, quando Deng Xiaoping, assumi o poder em 1976. Até este período, a política econômica se concentrava e possuía intervenção do Estado. Para alavancar a indústria Mao Zedong realizou medidas voltadas ao setor agrícola, instaurando baixos preços e limitando o consumo, estabelecendo uma espécie de poupança forçada, e conseqüentemente, gerando investimento nas indústrias:

---

<sup>19</sup>As políticas do governo mantiveram a economia chinesa relativamente estagnada e ineficiente, principalmente porque a maioria das políticas econômicas eram geridas e administradas pelo governo central (e, portanto, havia poucos incentivos para as empresas, trabalhadores e agricultores), a concorrência era praticamente inexistente, o comércio exterior e os fluxos de investimento eram limitados a países do bloco soviético, e os controles de preços e de produção causaram distorções generalizadas na economia. O padrão de vida chinês era substancialmente mais baixo que os de muitos outros países em desenvolvimento.

After the People's Republic of China was established in 1949 [under the leadership of Mao Zedong], the Chinese Communist Party government, like governments of many other countries at the time, thought the most effective way to speed up the industrialization process was by increasing investment in heavy industries such as steel, concrete, and heavy machinery. China's government mobilized the resources for investment by limiting household consumption and setting low prices for agricultural goods so that forced savings and surpluses extracted from the agricultural sector could be used for investment in such industries.<sup>20</sup>(ZHU, 2012, p. 109)

Este método utilizado desagradou a população rural, e juntamente com a falta de estímulos no setor agrícola, promoveu, também, uma redução da produtividade no campo, e assim ocorre uma baixa na oferta de alimentos na RPC, onde milhões de pessoas morrem de fome no período de 1958 a 1962, incidente conhecido como *The China's Great Famine*.

Embora os resultados das políticas econômicas deste período tenham se mostrado péssimas, não surgiram modificações relevantes até a morte de Mao Zedong, ou seja, antes dele morrer ainda se sustentou grandes impostos no setor agrícola, onde os agricultores estavam desautorizados em investir em qualquer outra atividade/área econômica, e para deixarem as áreas rurais precisavam pagar elevadas taxas ao governo.

Mesmo assim, a estratégia utilizada para estimular o acúmulo de capital no setor industrial não aumentou a produtividade agrícola. Segundo Zhu (2012),

These policies initially helped to ensure that the government could extract surpluses from the agricultural sector to support the capital accumulation in the industrial sector. However, they also created incentive problems that significantly reduced the productivity of farmers. As a result, agricultural output grew slowly. In the late 1970s, the agricultural sector included more than 70 percent of China's labor force but was not even able to provide China's population with 2,300 calories per capita per day (near the UN-established minimum). Emergency grain imports were frequently needed to meet food deficits.<sup>21</sup>(ZHU, 2012, p. 109)

---

<sup>20</sup>Após a República Popular da China ter sido fundada, em 1949 (sob a liderança de Mao Tsé-tung), o governo do Partido Comunista Chinês, como os governos de muitos outros países no momento, acreditava que o caminho mais eficaz para acelerar o processo de industrialização seria através do aumento dos investimentos em indústrias pesadas, tais como aço, concreto e máquinas pesadas. O governo da China mobilizou os recursos para estes investimentos, limitando o consumo das famílias e estabelecendo preços baixos para produtos agrícolas de modo que a poupança forçada e excedente extraídos do setor agrícola poderiam ser usados para o investimento em tais indústrias.

<sup>21</sup>Estas políticas inicialmente ajudaram a assegurar que o governo poderia extrair os excedentes do setor agrícola para auxiliar a acumulação de capital no setor industrial. Entretanto, as mesmas políticas também criaram problemas que implicaram na redução substantiva da produção agrícola. Como consequência, os rendimentos agrícolas cresciam lentamente. Ao final dos anos 1970, o setor agrícola empregava cerca de 70% da mão-de-obra chinesa, mas mesmo assim era incapaz de prover a população com 2300 calorias per capita por dia (mínimo estabelecido pela ONU). As importações de grãos em caráter de emergência tornaram-se frequentemente necessárias para atender aos déficits alimentares na China.

Desta forma, vê-se que no período entre 1958 e 1978, a média do crescimento do PIB chinês foi de 3% ao ano. Este plano passará por algumas mudanças após a morte de Mao Zedong, quando Deng Xiaoping chega ao poder e assume o governo da RPC, introduzindo medidas fundamentais para a reestruturação da economia chinesa.

### 3.2A reforma econômica de Deng Xiaoping

Em 1978, após Deng Xiaoping assumir o poder na RPC, se inicia um processo de abertura econômica gradual, tanto no que diz respeito ao comércio como aos investimentos internacionais. Tal fato tem como principal objetivo elevar o crescimento econômico, e assim aumentar o padrão de vida dos cidadãos chineses. Em outras palavras, este país modifica parte da sua estrutura econômica, passando de uma economia fechada para uma economia de mercado com grande intervenção Estatal.

De forma pragmática Deng Xiaoping procurou formas eficientes de melhorar o setor industrial pesado e retomar o seu crescimento, e para isso,

First, the government increased prices for agricultural goods. Second, the previous “collective farming system” was shifted to the “household-responsibility system.” Under the new system, each farm household was assigned a fixed quota of grains that the household had to sell to the government at official prices. However, any extra grain the household produced could be sold at market prices. The reforms were implemented gradually and completed in 1984. Between 1978 and 1984, total factor productivity in the agricultural sector grew 5,62 percent per year. Several studies argue that most of the productivity growth during this period can be attributed to the price and institutional reforms that generated strong positive incentive effects on farmers’ effort [...] <sup>22</sup>(ZHU, 2012, p. 112)

Junto a modificações na estrutura industrial foi possível algumas alterações em outros setores da economia. Com a permissão do comércio dos seus produtos no mercado livre, agricultores também puderam ter acesso ao consumo de outros bens e serviços, bem como investir em outras atividades/áreas econômicas. Porém, estas foram apenas as primeiras ações referentes a reforma econômica chinesa, as quais tiveram muita importância para o salto inicial desta economia. No entanto, as reformas não pararam por aqui.

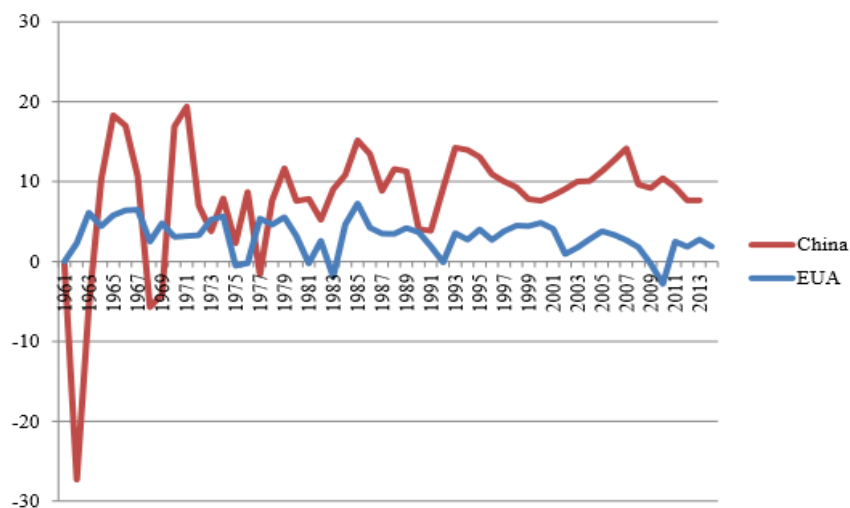
---

<sup>22</sup>Primeiro, o governo aumentou os preços dos produtos agrícolas. Em segundo lugar, o "sistema de agricultura coletiva" anterior foi transformado em "sistema de responsabilidade familiar." Sob o novo sistema, a cada agregado familiar foi atribuída uma quota fixa de grãos que a família teria que vender para o governo, a preços oficiais. No entanto, qualquer grão a mais produzido pela família poderia ser vendido a preços de mercado. As reformas foram implementadas de forma gradual e concluídas em 1984. Entre 1978 e 1984, a produtividade total dos fatores no setor agrícola cresceu 5,62 por cento ao ano. Vários estudos afirmam que a maior parte do crescimento da produtividade durante este período pode ser atribuída às reformas dos preços e institucionais que geraram fortes efeitos positivos de incentivo sobre os esforços dos agricultores[...]

Segundo Morrison (2011), o governo também estabeleceu zonas econômicas especiais ao longo da costa a fim de atrair investimentos internacionais, impulsionar as exportações e facilitar a importação de produtos de alta tecnologia para o país<sup>23</sup>. Aos poucos, as decisões de política econômica foram sendo descentralizadas, isto é, o controle de algumas empresas ficou a cargo de governos locais, os quais eram autorizados a operar e competir no mercado livre.

É possível perceber os resultados das reformas na economia chinesa a partir de 1978. Segundo o Banco Mundial (2014), “Since initiating market reforms in 1978, China has shifted from a centrally planned to a market based economy and experienced rapid economic and social development. GDP growth averaging about 10 percent a year has lifted more than 500 million people out of poverty”<sup>24</sup>. Nos gráficos 6 e 7 pode-se analisar a evolução da economia e as taxas de crescimento em relação ao ano anterior e a evolução do PIB chinês no período de 1960 a 2013, respectivamente.

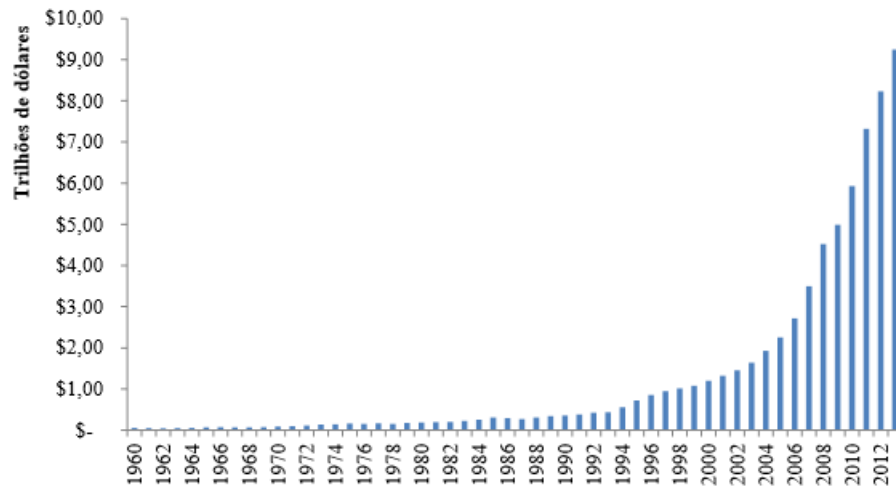
**Gráfico 6: Porcentagem de crescimento anual do PIB chinês em comparação com os EUA**



Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

<sup>23</sup>Ver a Linha do Tempo das Reformas Econômicas da China em: <http://csis.org/blog/china-economic-reform-timeline>

<sup>24</sup>Banco Mundial – China Overview. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/china/overview>

**Gráfico 7: Evolução do PIB chinês**

Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

Vale a pena destacar que, se a economia da China, for comparada com a dos Estados Unidos, maior economia do mundo, a primeira apresenta maiores taxas de crescimento nesta época. Segundo dados do Banco Mundial (2014), o produto interno bruto chinês saltou de 59 bilhões de dólares em 1960 para 148 bi em 1978, e mais de 9,0 trilhões no ano passado.

O desempenho chinês acima da média durante este período teve início nas reformas propostas e reconstrução econômica promovidas por Deng Xiaoping após 1978. Uma das principais circunstâncias para que tal feito fosse possível foi o intenso investimento chinês em empresas estatais, subsídios e avanços tecnológicos - proporcionados pelo influxo de Investimentos Externos Diretos e pela poupança interna - bem como a elevação da produtividade no setor agrícola e na indústria.

Segundo Morrison (2011),

Economic reforms led to higher efficiency in the economy, which boosted output and increased resources for additional investment in the economy [...] As a result, China's gross savings as a percentage of GDP is the highest among major economies. The large level of savings has enabled China to substantially boost domestic investment.<sup>25</sup>(MORRISON, 2011, p.4)

Outro fato importante para se destacar é a sequência de investimentos que eram feitos nesta nova fase da economia chinesa, eles funcionavam da seguinte forma: os investimentos na agricultura eram revertidos para poupança, e o fim destes recursos eram reinvestidos nas

<sup>25</sup>As reformas econômicas levaram a uma maior eficiência na economia, que impulsionou a produção e aumento dos recursos para investimento adicional na economia [...] Como resultado, a poupança bruta da China como uma porcentagem do PIB é o mais alto entre as principais economias do mundo. O grande nível de poupança permitiu à China aumentar substancialmente o investimento doméstico.

indústrias, as quais geravam lucros que se tornariam novos investimentos. Aliado a isso, como citado anteriormente, a criação das zonas econômicas, representou um estímulo de investimentos na economia da China, tal como a elevação no volume de suas exportações.

Em meados de 1980, muitos países asiáticos começam a se destacar em relação ao seu crescimento e desenvolvimento econômico, episódio que pode-se vincular aos Investimentos Diretos Externos aplicados na China, resultantes, principalmente das aplicações de Hong Kong neste economia. A respeito deste ponto, Medeiros (1997) afirma que,

A aceleração do crescimento dos países da ASEAN-4 deveu-se ao boom das exportações e ao investimento, sobretudo sob a forma de IDE do Japão e demais "tigres". Neste aspecto, talvez o caso mais espetacular de crescimento neste período tenha sido o da China. Em 1984, o financiamento externo da economia chinesa foi de \$12,9 bilhões e o IDE foi de \$12,6 bilhões. Em 1987 estes números foram, respectivamente \$ 58,1 e \$23,1 totalizando a impressionante cifra de \$84.5 bilhões. Ajudada por uma forte desvalorização do yuan tanto em relação ao iene quanto ao dólar, a meteórica expansão do comércio exterior chinês foi inteiramente articulada com o IDE de origem asiática, em particular, de Hong-Kong, responsável por cerca de 60% dos IDE que se deslocaram nestes anos para a China. (MEDEIROS, 1997, p.18)

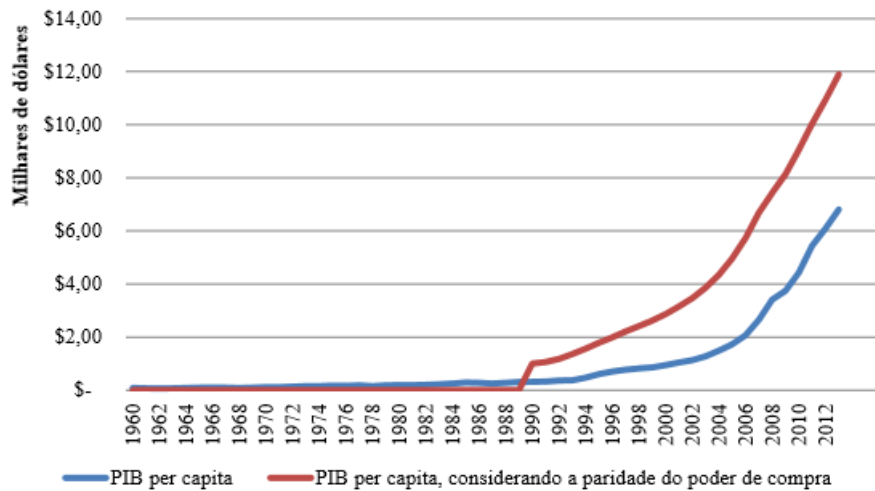
A partir da década de 1970, após as reformas propostas, a China ganha mais espaço no cenário internacional, e tem posição de destaque em função do seu desempenho econômico. Nos dias atuais, este país possui uma das principais economias mundiais, e o seu volume de comércio e de investimentos internacionais não têm precedentes.

### **3.3 China nos dias atuais**

Para uma análise mais precisa em relação ao avanço da China nas últimas décadas é importante examinar a trajetória desta economia nos últimos anos e através de alguns indicadores demonstrar seu desempenho. Os gráficos 8, 9 e 10 ilustram nesta ordem, a evolução do PIB per capita, volume de comércio internacional, e o fluxo de investimentos diretos externos. As informações foram coletadas do Banco Mundial e os indicadores foram coletados a fim de apontar o crescimento chinês durante este período.

O PIB chinês era de apenas 59 bilhões de dólares em 1960 e em 2013 de 9 trilhões, conforme o gráfico 3. Já o PIB per capita, que não chegava aos 100 dólares na década de 1960, em 2013 chegou à marca de 6,8 mil dólares em termos nominais, conforme o gráfico 8 abaixo:



**Gráfico 8: Evolução do PIB per capita chinês**

Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

Fica visível que a China não consegue alcançar um patamar de igualdade com o de países desenvolvidos, como os EUA - 51,7 mil dólares - ou países da Europa Ocidental, onde o PIB per capita é em média 40 mil dólares.<sup>26</sup> Todavia, em termos reais, ou seja, se a paridade do poder de compra for considerada, o PIB per capita chinês chega a 11,9 mil dólares (dados de 2013).

Morrison (2011) destaca que o mesmo ocorre com o PIB chinês e expõe seus argumentos da seguinte forma:

The PPP exchange rate increases the (estimated) measurement of China's economy and its per capita GDP. According to the EIU [Economist Intelligence Unit], which uses World Bank data, prices for goods and services in China are about 45% the level they are in the United States. Adjusting for this price differential raises the value of China's 2013 GDP from \$9.3 trillion (nominal dollars) to \$16.1 trillion (on a PPP basis). This would indicate that China's economy is 95.9% the size of the U.S. economy. China's share of global GDP on a PPP basis rose from 3.7% in 1990 to 18.2% in 2013 (the U.S. share of global GDP peaked at 24.3% in 1999 and declined to 19.0% in 2013).<sup>27</sup>(MORRISON, 2013, p.7)

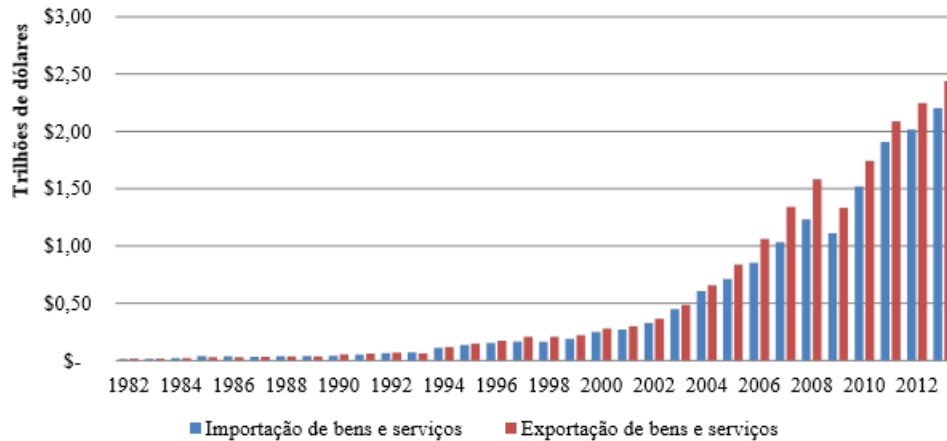
Em 1982, período posterior a reforma econômica, o comércio internacional Chinês começa a apresentar maior dinamicidade, uma vez que o montante de bens e serviços

<sup>26</sup>Ver: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-e-de-r-24-mil-por-habitante-um-quinto-da-riqueza-dos-americanos,178701e>

<sup>27</sup>A paridade do poder de compra eleva a medição da economia da China e seu PIB per capita. De acordo com a EIU, que utiliza dados do Banco Mundial, os preços de bens e serviços na China são cerca de 45% do nível de preços nos Estados Unidos. Ao excluir este diferencial de preços entre ambas as economias, tem-se um aumento do valor do PIB da China de 9,3 trilhões de dólares (dólares nominais) para 16,1 trilhões de dólares (com base no PPC) em 2013.

importados pelos chineses era de 13,6 bilhões de dólares. Em 2012 esse valor chegou a 2,2 trilhões de dólares. Já as exportações, cresceram de 17 bilhões para 2,4 trilhões. Ver gráfico 9.

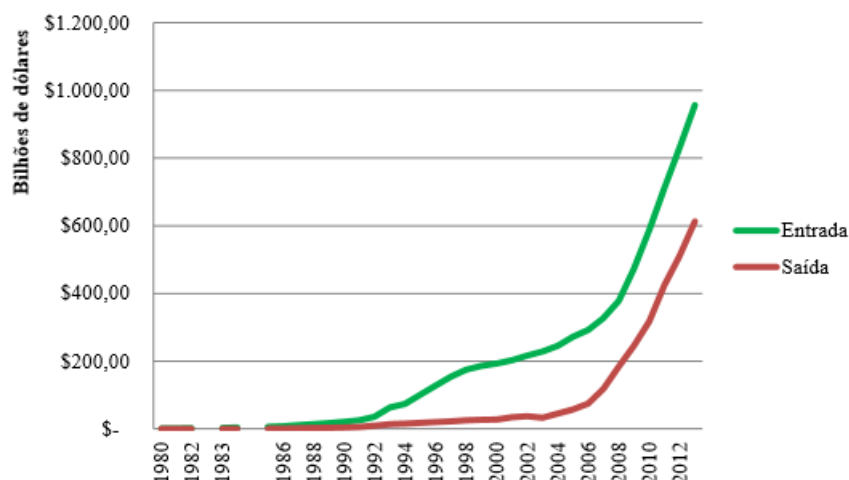
**Gráfico 9: Evolução do volume do comércio exterior chinês**



Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2012 a China já liderava o ranking de maior exportador mundial de bens e serviços, representando 11,3% do volume das exportações mundiais. E, em relação às importações, ocupou a segunda posição, isto é, representou uma fatia de 9,77% das importações de bens e serviços naquele ano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América. (OMC, 2012).

Conforme informações do Banco Mundial, é possível observar a importância dos Investimentos Diretos Externos, no desenvolvimento econômico chinês dos últimos 30 anos, como observa-se no gráfico 10, tanto no que se refere aos *inflows* e *outflows* desde o ano de 1980.

**Gráfico 10: Fluxo de IDEs na China**

Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

Analisando o gráfico 6 percebe-se que, apesar do avanço a partir de 1980, apenas em 1990 ocorre o *boom* destes fluxos financeiros. A tabela 1 apresenta o valor em dólares das entradas de IDE na China, bem como saída de investimentos, nos anos de 1980 (1981 para *outflows*, pois os dados para 1980 são insignificantes), 1990, 2000, 2010 e 2013:

**Tabela 2: Fluxo de Investimentos Diretos Externos da China**

Inflows-Dólares		Outflows - Dólares		Saldo - Dólares
1980	\$1.074.000.000,00	1981	\$39.358.350,00	\$1.034.641.650,00
1990	\$20.690.620.000,00	1990	\$4.455.000.000,00	\$16.235.620.000,00
2000	\$193.348.000.000,00	2000	\$27.768.387.000,00	\$165.579.613.000,00
2010	\$587.817.000.000,00	2010	\$317.210.590.000,00	\$270.606.410.000,00
2013	\$956.793.000.000,00	2013	\$613.584.670.000,00	\$343.208.330.000,00

Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

A China recebeu 1,07 bilhões de dólares em IDE, no ano de 1980, segundo dados da UNCTAD (1981), e exportou aproximadamente 39 milhões. Em 1990 esses valores subiram para 20,69 e 4,45 bilhões, respectivamente; no ano de 2000 para 193,3 e 27,76 bilhões; em 2010 para 587,8 e 317,2; e em 2013 os valores apresentados chegaram à marca de 956,79 e 613,58 bilhões, respectivamente.

Examinando a tabela 2, pode-se constatar o saldo positivo do fluxo de IDEs na China, no período analisado. Isto é, há um comportamento convergente no sentido de que o crescimento do fluxo de investimentos seguiu o regime de reforma econômica no país, mostrando ter uma função importante na evolução da economia chinesa, pois até o século XX este país ainda estava muito atrás de outros que passavam pelo processo de desenvolvimento nesta mesma época.

Observando a tabela 3, verifica-se o volume de crescimento dos fluxos de IDE em cada década. De 1980 a 1989, o crescimento dos IDEs recebidos pela China foi de 1502%; na década seguinte – de 1990 a 1999 – o crescimento apresentado foi de 800%; entre 2000 e 2009, 145%; entre 2004 e 2013 290%; e entre 2009 e 2013, o crescimento foi surpreendente para o curto período de tempo e alcançou 102%.

**Tabela 3: Evolução dos IDEs chineses a cada 10 anos**

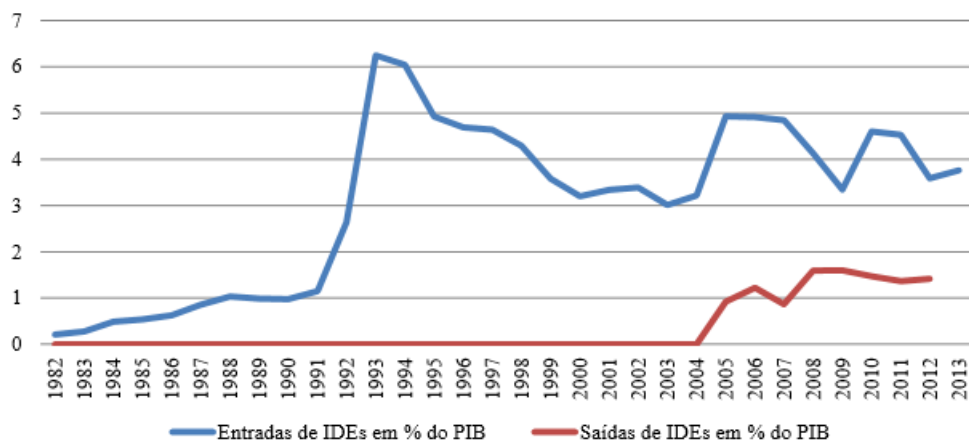
Inflows		Outflows	
Período	Crescimento	Período	Crescimento
1980 - 1989	1502%	1981 - 1989	9110%
1990 - 1999	800%	1990 - 1999	503%
2000 - 2009	145%	2000 - 2009	785%
2009 - 2013	102%	2009 - 2013	150%
2004 - 2013	290%	2004 - 2013	1270%

Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

Os mesmos dados para os IDEs exportados pela China são, respectivamente, 9110%, 503%, 785%, 1270% e 150%. Deste modo, comprova-se que de 2004 a 2013 foi quando se deu o maior crescimento, apresentando altos índices de crescimento, tanto no PIB e PIB per capita, como no volume de transações no comércio internacional.

Em virtude deste quadro, em 1992, os IDEs recebidos pela China chegaram à marca de mais de 6% do PIB. Quanto aos *outflows*, a média de saída deste tipo de investimento da China alcançou apenas 1,5% do PIB chinês, em 2008, como pode ser observado no gráfico 11.

**Gráfico 11: IDEs na China como porcentagem do PIB**



Fonte: Dados do Banco Mundial, 2014.

### 3.4 O paradigma do crescimento econômico e a falta de recursos

A China demonstra um salto no seu desenvolvimento econômico desde o ano de 1990, de acordo com os dados apresentados anteriormente. Ocorreu um aumento do Produto Interno bruto chinês, de 91,5 bilhões em 1970, para 356 bilhões em 1990 e 9,2 trilhões de dólares em 2013, como consta no site do Banco Mundial. Estes dados não levam em conta a paridade do poder de compra, mencionado no capítulo anterior.

Com este avanço econômico considerável, surgiram novos problemas a serem solucionados, como a falta de recursos primários internos necessários para auxiliar a economia a manter as mesmas taxas de crescimento, a qual depende diretamente da disponibilidade de matérias-primas. A produção de bens, tanto de baixo quanto os de maior valor agregado - alta tecnologia - requer acesso a recursos energéticos e matérias-primas, os quais se encontram escassos no mercado chinês.

Sua característica geográfica faz com que haja uma barreira na produção interna de *commodities*, como petróleo, minérios e produtos agrícolas. O país apresenta uma área de aproximadamente 9,5 milhões de quilômetros quadrados, dividida em diferentes relevos e características climáticas.

Em relação ao seu relevo, segundo Furtado (2012), pode-se dividir a China de três modos: o primeiro é a área perto do grande litoral, constituída por planícies e áreas de baixa altitude, região onde se concentram as grandes cidades chinesas - Shenzhen, Shangai, Hong Kong e Pequim, grande parte da população e também as atividades agrícolas e industriais. O segundo possui planaltos cujas altitudes variam ente 1 mil e 4 mil metros, grandes vales e elevada densidade demográfica. O terceiro, por fim, é composto por planaltos com mais de 4 mil metros de altitude, grandes desertos, temperaturas baixas e cadeias de montanha como o Himalaia, o qual possui altitude maior que 8 mil metros.

Segundo Furtado (2012), o clima predominante é o árido e semi árido, e o país possui um problema de escassez de água, sendo que as regiões próximas aos rios e ao litoral são lugares onde há chuvas com maior frequência.

Sendo assim, a China a partir da década de 80 tem buscado estreitar suas relações comerciais com outros países - na sua grande totalidade em desenvolvimento - aptos a suprir as indústrias e a grande população chinesas com a sua matéria prima. Dado este cenário, analisa-se o fato da formação de conjuntos de países em desenvolvimento que buscam de certa forma uma união a fim de colher frutos de novas oportunidades que venham a surgir.

Um exemplo interessante desta situação é a formação de blocos econômicos como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), G-20, China-ASEAN (Associação de nações do Sudeste Asiático), China - Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) e FOCAC (Fórum de Cooperação China - África). Cada aliança possui suas peculiaridades, mas vale ressaltar que em todas estas alianças, a China possui papel ativo, mostrando seu interesse no que se refere a realização deste tipo de vínculo, uma vez que estes lhe dão segurança em relação ao abastecimento de recursos fundamentais para preservar o padrão de crescimento econômico sustentado desde a década de 80.

## **4 RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE ÁFRICA DO SUL E CHINA**

Durante o século XX houve um progresso nos processos de aproximação e integração econômica, social, política e cultural na conjuntura internacional. Neste mesmo período muitos países africanos passaram por uma crise econômica e desintegração dos seus Estados. Esta desorganização política social gerou muitos problemas para a África, como guerras civis, massacres, violência, êxodo em massa, fome e etc. A África do Sul foi um desses países, e apesar de possuir muitos desses problemas, sua economia ainda é a que possui maior destaque no continente, haja visto seu relacionamento comercial com diversos outros países e blocos econômicos. No século XXI a China começa a ganhar mais importância na conjuntura econômica internacional, e mesmo que a sua abertura comercial tenha ocorrido no final dos anos 70, é a partir do ano 2000 que seu crescimento econômico ganhou destaque neste contexto.

Percebe-se que a política externa chinesa tem ocorrido em função das necessidades de se manter um desenvolvimento econômico maior ou igual ao praticado no final do século XX e principalmente no início do século XXI, no entanto, para que isso ocorra esta potência mundial precisa buscar mais fontes de matérias-primas para que a sua economia continue com altas taxas de crescimento, bem como criar novos mercados para os produtos e serviços chineses, e é neste quadro, que ocorre uma aproximação comercial entre a China e o continente africano, sendo que o presente trabalho dará ênfase na relação entre China e África do Sul.

### **4.1 Histórico das Relações Bilaterais**

A relação econômica entre a China e África do Sul já existe antes mesmo do apartheid, com destaque para o período em que o ANC lutava contra a ditadura do Partido Nacional. Neste período houve uma aproximação do Partido Comunista Chinês com os membros da ANC, apoiando diversas lideranças africanas envolvidas em conflitos internos e na luta pela independência. Mas durante a vigência do regime de segregação racial foram interrompidas as relações diplomáticas oficiais, uma decisão interna ao Partido Nacional.

A partir de 1998, quando houve a transição para o regime democrático, as relações diplomáticas sul africanas com o governo chinês são estabelecidas formalmente. Já em 2006 o parlamento sul africano assina um acordo com o parlamento chinês (Chinese National People's Congress) que formaliza a parceria. (CENTRE FOR CHINESE STUDIES, 2007).

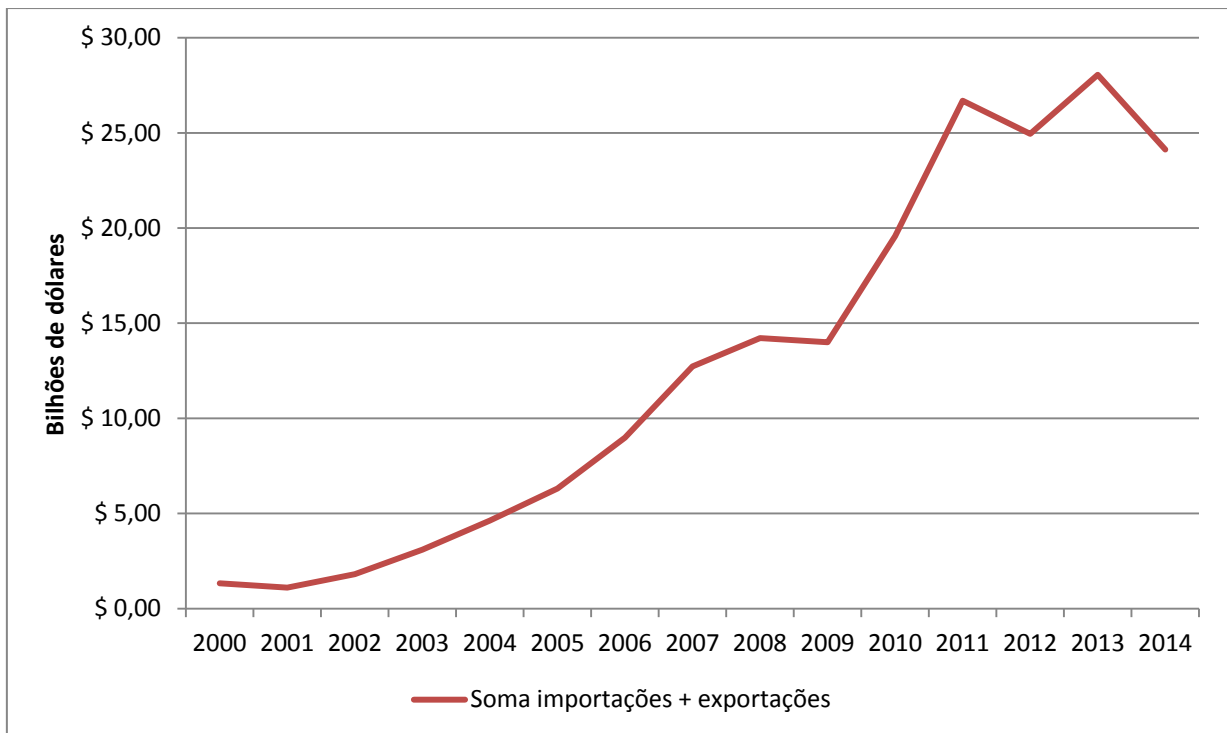
## 4.2 O Fluxo de Comércio entre África do Sul e China

A China vem aumentando sua participação na Balança Comercial da África do Sul ao longo dos anos, e em 2010 as exportações para a China já correspondem a 11.3% das exportações totais sul africanas e as importações a partir da China correspondem a 16% do total importado. (UNComtrade,2013).

As relações econômicas e comerciais entre África do Sul e China se intensificaram, deste modo, a partir do ano 2003. Até então, durante a década de 1990 a soma do volume de importações e exportações entre África do Sul e China oscilava na casa dos milhões de dólares. Em 2005, o volume de comércio entre os dois países chegou a 6,3 bilhões de dólares e, deste ano em diante, o volume foi apenas crescente, com breves quedas em 2009, consequência da crise econômica mundial de 2008, e em 2012, com a crise europeia junto a desvalorização do Rand.

A evolução do volume de comércio entre os dois países pode ser observada no gráfico 12. No ano de 2013 foram comercializados mais de 28 bilhões de dólares entre África do Sul e China segundo dados do *Comtrade Database*.

**Gráfico 12: Evolução do volume de comércio entre África do Sul e China**

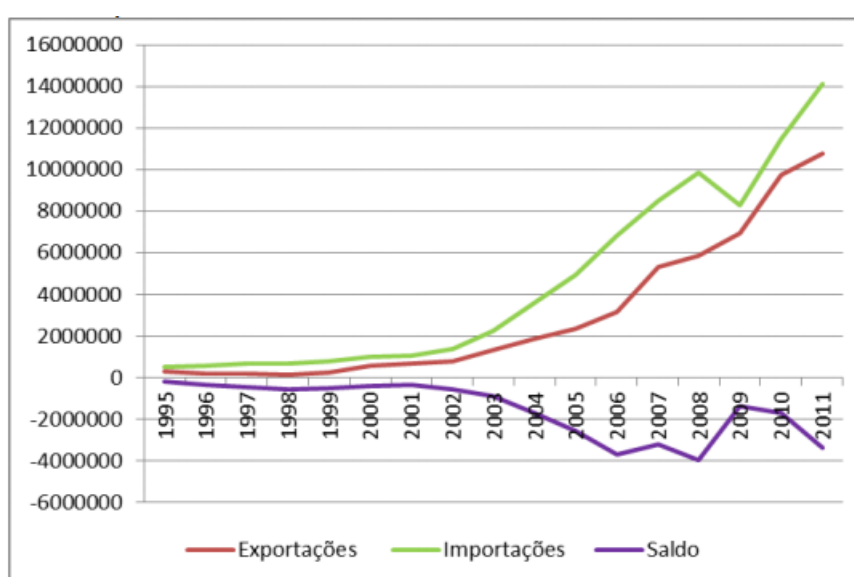


Fonte: Dados do *Comtrade Database*, 2015.



Entretanto, a relação comercial entre África do Sul e China não é equilibrada, o comércio sul africano com a China apresenta déficit para África do Sul. As importações chinesas crescem mais rápido que as exportações, ainda que ambas tenham crescido substancialmente na última década, como se pode verificar no Gráfico 13. Este dado é importante porque a participação da China no saldo total da balança comercial sul africana é significativo, representando cerca de 28% entre exportações e importações. (UNCTAD, 2013)

**Gráfico 13: Saldo Comercial da África do Sul com a China (bilhões de dólares) - (1995-2011)**



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

Em 2004, as exportações da China para África do Sul foram de 3,5 bilhões e as importações foram pouco mais de 1 bilhão. Em 2008 esses valores atingiram 9,9 bilhões e 4,3 bilhões, respectivamente. Em 2011 mais de 14 bilhões de dólares foram destinados aos produtos importados da China para África do Sul, contra 8 bilhões de dólares exportados para lá. Tais números tornaram a China o principal parceiro comercial da África do Sul, segundo dados do *Observatory of Economic Complexity* de 2012. De todo volume exportado pela África do Sul, 8,34% é destinado à China, seguido dos Estados Unidos para onde são exportados 8,06% e Índia com 7,83% de representatividade. Ver figura 2.

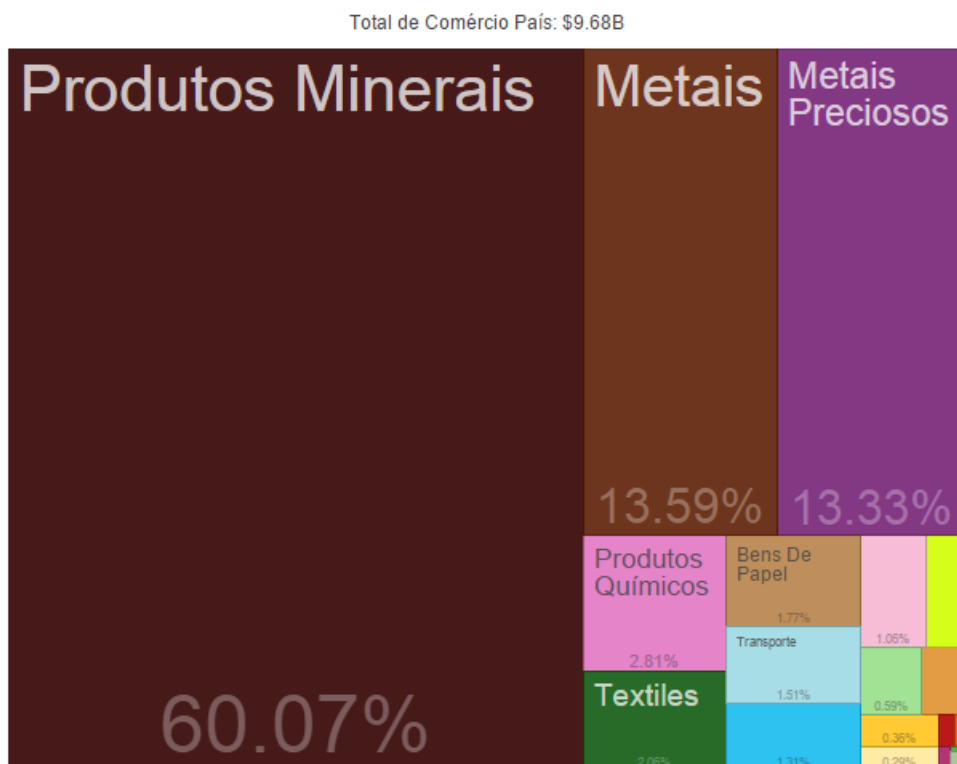


Neste movimento, a China se constituiu como um dos principais se não o principal, parceiro comercial da África do Sul. Mesmo com as exportações sul-africanas sejam concentradas em matérias primas, a parcela dirigida a china é mais específica neste sentido.

### 4.3 A Pauta de Importação e Exportação entre África do Sul e China

Segundo dados do UNCTAD (2014), em 2013 52,46% das exportações da África do Sul são compostas por ouro, pedras preciosas, minérios, combustíveis, ferro, aço, entre outras matérias primas, ou seja, mais da metade das suas exportações são *commodities*. Por outro lado se verifica uma intensa busca por parte da China por estes produtos, haja vista sua barreira geográfica, citada no capítulo 3, para produzir este tipo de bens. Como a China é o principal parceiro estratégico da África do Sul, país que mais importa e exporta produtos desta economia será explorada a composição do fluxo de comércio entre os dois países.

**Figura 4: Produtos que a África do Sul exportou para China em 2012**



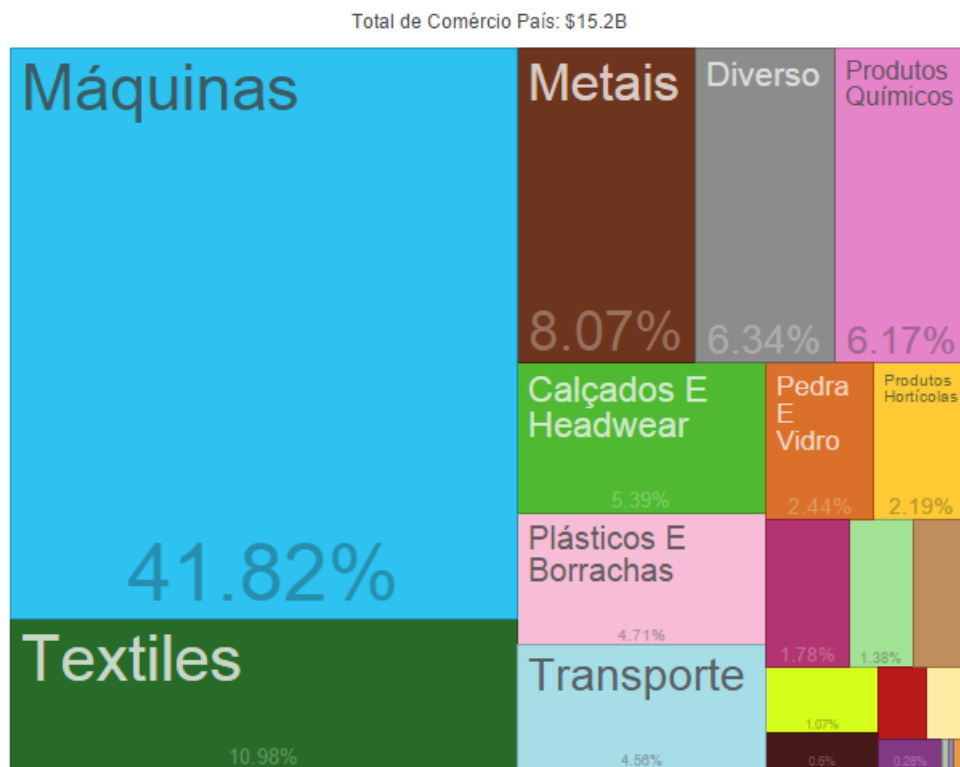
Fonte: The Observatory of Economic Complexity, 2012.

Considerando a figura 4 se observa que 60,07% de todos os produtos exportados pela África do Sul para China são produtos minerais, 13,59% metais e 13,33% metais preciosos,

confirmando a importância dessas commodities na relação comercial entre esses 2 países, seja pelo fato de a China precisar desta gama de produtos para certificar seu crescimento econômico, e também pelo fato de a África do Sul ter abundância dessas matérias primas e ser, de certa forma, dependente destes produtos para alavancar suas exportações.

A relação inversa será examinada na figura 5.

**Figura 5: Produtos que a África do Sul importou da China em 2012**



Fonte: The Observatory of Economic Complexity, 2012.

Considerando a figura 5 acima se observa que 41,82% de todos os produtos importados pela África do Sul com origem na China são máquinas, 10,98% produtos têxteis, e 8,07% são metais, mostrando que mais da metade dos produtos exportados da China para África do Sul possuem maior valor agregado que os produtos sul-africanos exportados para o mercado chinês, confirmando o fato de a China buscar novos mercados para o consumo dos seus produtos.

#### 4.4 O fluxo de investimentos chineses na África do Sul

O progresso chinês teve como efeito a necessidade da busca por recursos naturais para a manutenção da sua economia, e no início deste século, levou a China a ampliar seus

investimentos para muitos países do mundo. Desta forma, diversas empresas chinesas estão se estabelecendo em outros países, expandindo seu capital, a fim de gerar mais lucros e assegurar o suprimento de recursos naturais e matérias-primas imprescindíveis para o progresso da economia chinesa.

A maioria dos investimentos chineses em outros países se dá em forma de investimentos diretos externos e contam com o apoio do governo. Na maioria dos casos, empresas de construção civil e do setor extrativista.

Segundo Ribeiro (2010), o aumento dos IDEs chineses em muitos países está estritamente ligado à estratégia do governo chinês quando foram lançadas as reformas econômicas. Segundo a autora:

No início da década de 90 o governo chinês define claramente que o objetivo das reformas econômicas era estabelecer um sistema de economia de mercado, baseada na estratégia de utilização de dois tipos de recursos e dois tipos de mercado, ou seja, recursos domésticos e externos, e também o mercado doméstico e internacional, como instrumentos de desenvolvimento da economia nacional. Após essa postura mais clara do governo em relação à importância do mercado externo, muitos governos locais e empresas foram estimulados a investir fora do país. Em 1992 os IDEs somavam um total de 913 milhões, em 1994 o total já passava de 4 bilhões de IDEs. (RIBEIRO, 2010, p.24).

Em virtude desta circunstância, as companhias chinesas estão no grupo das multinacionais que mais se expandem e investem em mercados estrangeiros. O destino central dos IDEs chineses se concentram na própria Ásia. Contudo, o foco atual são os mercados em desenvolvimento, como América Latina e África, dentre todos os países em desenvolvimento, os países africanos possuem destaque, segundo Ribeiro (2010), o crescimento anual dos IDEs nos países do continente africano tem sido muito expressivo.

**Tabela 4: Fluxo de IDEs chineses para África**

Fluxo de IDE Chinês - milhões de dólares	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento de 2010 para 2012
<b>Países em desenvolvimento</b>	2605	5065	11216	16565	22891	52055	48780	56736	60034	70017	<b>23%</b>
<b>África</b>	75	317	392	520	1574	5491	1439	2112	3173	2517	<b>19%</b>
<b>Participação</b>	3%	6%	3%	3%	7%	11%	3%	4%	5%	4%	

Fonte: UNCTAD, 2013.

Portanto, os investimentos chineses em países africanos são cada vez mais comuns, e um dos principais motivos das multinacionais chinesas se aproximarem de países africanos é

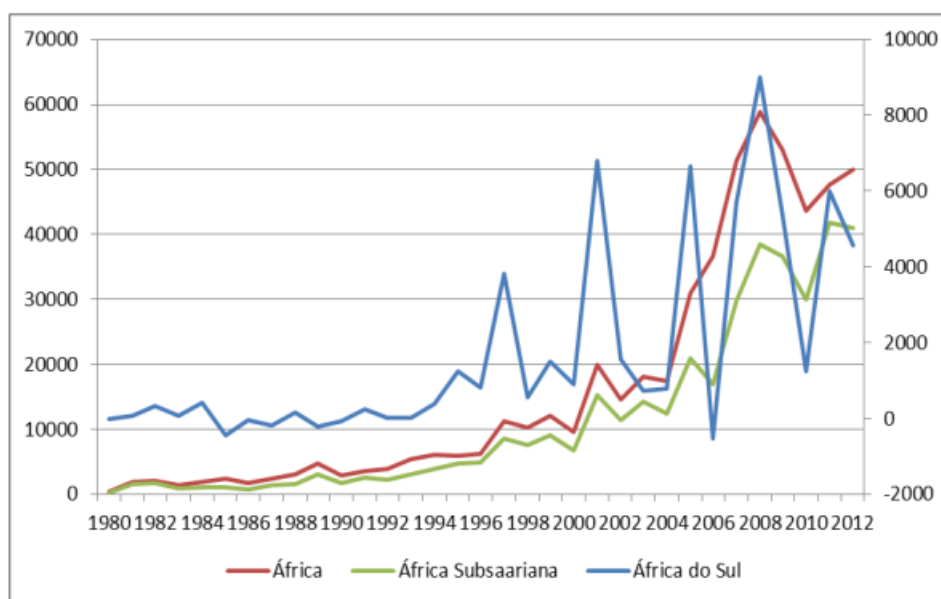
o interesse pelos recursos que eles podem oferecer, como petróleo, e no caso da África do Sul produtos minerais e metais. Segundo Oliveira (2008),

[...]é sobretudo na África que as três maiores estatais chinesas do petróleo: CNPC (China National Petroleum Corporation); CNOOC (China National Offshore Oil Corporation); e SINOPEC (China Petroleum and Chemical Corporation) vêm tendo êxito. Dezenas de acordos de comércio e investimentos foram assinados em função do trabalho dessas companhias, e em 2005 a China importou 38 milhões de toneladas de petróleo da África, 30% de todo o petróleo importado pelo país. (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

Em compensação, o governo chinês incentivava a criação de empresas chinesas do setor de construção civil, especialmente com o objetivo de atuar na construção e reconstrução da infraestrutura de muitos países africanos. Destacam-se os projetos ligados a construção de estradas, ferrovias, hospitais, escolas, obras de saneamento e aperfeiçoamento na distribuição de energia elétrica e serviços de telecomunicação.

No caso da África do Sul não é diferente, as empresas chinesas investem cada vez mais neste país, e isso se deve principalmente a dois motivos: seu potencial de exploração de recursos naturais e vasto mercado de consumo. O país africano é o maior receptor de IDEs chineses do continente como pode-se analisar no gráfico 14.

**Gráfico 14: Fluxo de entrada de IDEs - África, África Subsaariana e África do Sul (1980-2012)**



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013

A participação chinesa como investidor na economia sul africana vem crescendo ao longo do início do século XXI, como percebe-se na tabela 5.

**Tabela 5: África do Sul - Fluxo de IDEs (entrada) em US\$, países OCED e China (2000-2010)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total - Mundo	887,3	6783,9	1569,2	733,7	798,0	6646,9	-526,8	5694,5	9006,3	5365,4	1228,3
Estados Unidos	346,0	-86,0	125,0	232,0	480,0	82,0	159,0	1000,0	306,0	478,0	715,0
Inglaterra	952,2	468,1	3397,8	3628,9	7035,5	7940,4	2697,8	2211,3	2411,6	1550,0	4002,2
Japão	13,0	68,3	103,0	68,1		-22,7	460,7	79,0	664,5	146,4	106,0
Alemanha	513,3	-1161,6	17,9	-251,9	577,7	476,0	666,5	781,7	424,0	337,6	398,7
França	117,0	78,8	50,9	48,6	48,5	155,4	262,3	197,1	337,7	393,2	173,5
China				8,9	17,8	47,5	40,7	454,4	4807,9	41,6	411,2

Fonte: UNCTAD UnctadStat Database, 2013; OECD Stat Extracts, 2013.

O Reino Unido juntamente com os Estados Unidos são os maiores investidores na África do Sul nesta década, como analisa-se na tabela 5, mas a China demonstra uma crescente nos seus fluxos de investimento para este mesmo país. Os investimentos chineses na África do Sul em 2010 chegaram a 19% do total de IDEs chineses no continente, sendo o país que mais recebeu investimentos na última década. Segundo o Ministério do Comércio chinês, a África do Sul recebeu em média 55% do total dos investimentos da China no continente africano. (MOFCOM, 2010).

Ao contrário do que acontece em outros países africanos, geralmente países com grandes reservas de petróleo, os investimentos chineses na África do Sul são mais diversificados, se dividindo entre setores ligados a exploração de minerais, e também setores como de manufatura e telecomunicação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a realidade sul africana através da recuperação da sua história, desde o período da sua colonização até seu processo de desenvolvimento econômico e dinâmica com a economia chinesa nos dias atuais. Desde seu processo de constituição a África do Sul apresentou muitos problemas estruturais, e a maioria em decorrência das heranças e resquícios, sociais e econômicos deixados pelos anos de regime de segregação racial imposto no país, o apartheid. Contudo, apesar de todas as dificuldades, a economia sul africana se destaca no seu continente, sendo a sociedade mais desenvolvida quando comparada a seus vizinhos.

Em 1949, a China fica radicada como República Popular da China, e a partir de 1978 são iniciadas as reformas econômicas propostas por Deng Xiaoping, as quais, ajudaram a promover um crescimento econômico com altas taxas no início do século XXI. Com a expansão da economia chinesa começam a surgir outros problemas estruturais a serem resolvidos, como a falta de recursos naturais para que se sustente o desenvolvimento da economia chinesa no longo prazo, e desta forma, a China busca alternativas de fornecimento de matérias primas, bem como novos mercados consumidores para os seus produtos. Neste contexto ocorre a aproximação estratégica entre a economia chinesa e os países do continente africano, sendo que neste caso, o foco foi na África do Sul.

A relação comercial entre esses dois países é muito importante para ambos, a China é o parceiro comercial central da África do Sul, sendo o maior destino das suas exportações bem como, a principal origem das suas importações. As exportações sul africanas para China correspondem principalmente a artigos primários, petróleo, minérios e artigos agrícolas. As importações africanas a partir da China também aumentam no período analisado, ligadas a artigos manufaturados e também equipamentos de transporte e maquinários. Os investimentos chineses aumentaram muito no continente africano no início do século XXI, e a maioria estava direcionada a setores ligados a recursos naturais, como exploração de petróleo e extração mineral. As empresas da China se expandem e para muitos países africanos, dentre eles, a África do Sul, constituindo filiais e novas empresas associadas a empresas sul africanas, voltadas principalmente para exploração primária. Uma questão importante é o fato de a China também promover investimentos relacionados a infraestrutura da África do Sul, sobretudo, no setor de telecomunicações, além de grandes projetos de construção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos, hospitais e etc. Este fato permitiu, a partir da entrada de fluxos financeiros, a entrada de empresas chinesas no país.



Sendo assim, esta aproximação tem contribuído para a formação de uma conjuntura, não só na África do Sul mas no continente africano como um todo, distinto daquele que se observava nas últimas décadas do século XX. Isso se deve a um conjunto de fatores, como: a natureza não doutrinária da aproximação chinesa, seus investimentos em infraestrutura e a melhora dos termos de troca para os produtos primários. Estes fatores em conjunto tem permitido um maior desenvolvimento e autonomia dos países africanos, e, no caso, da África do Sul na condução da sua política econômica. A expansão das exportações dos produtos primários sul africanos tem contribuído para a melhora do seu quadro macroeconômico e redução da vulnerabilidade externa, aumentando a sua demanda interna, a qual foi a base do seu crescimento ao longo dos anos 2000.

Por outro lado há fatores negativos desta aproximação, como a entrada de bens de consumo, como produtos têxteis na economia sul africana, ou seja, a característica competitiva do setor manufatureiro da economia chinesa gera efeitos negativos para as economias do continente africano, visto que estas não possuem competitividade global. Além disso os países africanos, e apesar do seu destaque no continente a África do Sul não é diferente, possuem certas limitações internas para o desenvolvimento e modificações estruturais. Os limites para transformação dos países africanos são de toda ordem, relacionando-se a uma infra estrutura precária, a forte especialização, a concentração de renda e a pobreza extrema. Como se percebeu, mesmo países que apresentam uma economia mais diversificada, como a África do Sul, permanecem como países extremamente desiguais e pobres. Desta forma se constatou que os desafios para o desenvolvimento do continente africano e em específico da África do Sul são enormes, mesmo com a melhora no seu quadro macroeconômico nos últimos anos.

Apesar disso, a aproximação da África do Sul com a China, ligada a conjuntura econômica do início do século XXI e sua maior inserção no comércio internacional, tem colaborado para a mudança significativa do país, principalmente quando comparado a situação no final do século XX. Na transição deste período a África do Sul expandiu suas exportações, recebeu muitos investimentos chineses, o governo aumentou seus gastos internos e os investimentos em infra estrutura começam a gerar efeitos positivos na sua economia.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRANCO, L. B. M. C. A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid a Mandela. Lisboa. 2003. 445 f. (Doutorado em Ciências Sociais) – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

BUNTING, Brian. The Rise of the South African Reich. Penguin African Library, Middlesex. 1969.

CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio: a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 95-155.

CENTRE FOR CHINESES STUDIES. (2007). “China’s Engagement of Africa: Preliminary Scoping os African case studies”. Centre for Chinese Studies, Stellenbosch, South Africa.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY ONLINE, 2015.

BANCO MUNDIAL. World DataBank. Disponível em:

<<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 2002, p. 31-61.

IMF, World Economic Outlook Database, 2013.

KOCK, W. J. História da África do Sul. Pretória, África do Sul: editora do Ministério da Informação da África do Sul, 1972.

KUMO, Wolassa. (2012). “Infrastructure Investment and Economic Growth in South Africa: A Granger Causality Analysis.” African Development Bank. Working Paper N. 160.

MANDELA, Nelson. Longo caminho para a liberdade: uma autobiografia. São Paulo: Siciliano, 1995.

MEDEIROS, C. A. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/42/g19.pdf>>.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. Política Externa da África do Sul (1945-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). África do Sul: visões brasileiras. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre Gusmão, 2000. (MILLS, 2000, p. 261).

MORRISON, Wayne. China's Economic Conditions.

Disponível em: < <http://fpc.state.gov/documents/organization/194783.pdf>>

OECD. African Economic Outlook, 2012. South Africa (ALDEN; LE PERE, 2004).

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política africana da China. In: África - Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: o Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

OLIVEIRA, Renata Paes de. DO APARTHEID AO SÉCULO XXI: Histórico da Democratização Sul-africana, 2010.

RIBEIRO, Valeria Lopes. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico: OIKOS, Vol 9, No. 2, Rio de Janeiro, 2010, p. 13-35.

SOUTH AFRICA GOVERNMENT ONLINE. National Strategical Plan – NSP.

Disponível em: <<http://www.gov.za/>>.

The Observatory of Economic Complexity, 2012.

UNCTAD. UnctadStats Database. <http://unctadstat.unctad.org/> (UNComtrade,2013).

UNComtrade Database. In: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=14>

ZOCKUM, Maria Helene. Setores Exportador e Importador da África do Sul. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dez. 2005.

Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1143.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1143.pdf)>.

ZHU, Xiaodong. Understanding China's Growth: Past, Present and Future: Journal of Economic Perspectives, v. 26, n. 4, 2012, p. 103-124.

Disponível em < <http://homes.chass.utoronto.ca/~xzhu/paper/JEP2012.pdf>>

World Data Bank, World development Indicators Database, 2012.

World Data Bank, World development Indicators Database, 2013.